

Paula Paiva Paulo

DO “PONHA-SE NA RUA” AO “SAI DO MORRO HOJE”:
Das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”

Orientadora: Sylvia Moretzsohn

Niterói, março de 2013

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)
Curso de Comunicação Social

Livro-reportagem de Paula Paiva Paulo apresentado como projeto experimental como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo – sob a orientação da profa. Sylvia Moretzsohn

IACS/UFF
Niterói
Março de 2013

“A cidade é a sociedade projetada sobre o espaço”

Aziz Ab’Saber
geógrafo brasileiro

*“Desejo que você descubra
Com o máximo de urgência
Acima e a respeito de tudo, que existem oprimidos,
Injustiçados e infelizes, e que estão a sua volta”*

Trecho do poema “Desejo”, de Victor Hugo
Poeta e ativista dos Direitos Humanos francês

Autoria de Paula Paiva Paulo

Diagramação por Isabella Gião

Agradecimentos

Aos meus pais, Odinéa e Pedro, causadores disso tudo. Obrigada por toda a educação, carinho, paciência, broncas, e pelo maior amor do mundo. Obrigada por terem me ensinado a ser quem sou. Nos momentos de dúvida ou cansaço, as palavras dos dois ou a simples presença eram sempre onde encontrava calma, estímulo e apoio nos caminhos que decidi seguir.

Às minhas avós, Odaiza e Neide, grandes exemplos de mulheres de luta, garra, e persistência, cada uma à sua maneira.

Ao meu irmão, José, minha principal parceria nesses anos todos. Ter você ao meu lado me ajudou a superar desde o medo do escuro ao medo dos tempos difíceis.

Ao meu namorado, Bernardo, essencial para a tranquilidade na realização deste projeto. Obrigada por perceber a importância desse trabalho para mim, e por estar sempre ao meu lado. Obrigada pela compreensão em todo o processo, e, claro, pela ajuda com a decupagem de algumas entrevistas.

À minha professora e orientadora, Sylvia Moretzsohn, umas das pessoas mais inteligentes que já conheci. Obrigada pelo senso crítico, pela lucidez, e, por mesmo além de tudo, ainda acreditar no jornalismo. Obrigada pelo seu tempo, por me fazer perceber a limitação de minhas ideias, e pela impecável orientação.

Aos meus amigos da faculdade, que nesses quase cinco anos compartilharam comigo das alegrias e tristezas do tempo de graduação. Um agradecimento especial às amigas-irmãs Anabel Moutinho, Ana Paula Abreu, Renata Monteiro e Karla Vidal.

Às companheiras de república, tanto as que já saíram como as atuais: Lívia, Andréa, Renata, Bruna, Anabel, Karol, Letícia, Nayara e Maria Clara. Dividimos almoços, novelas, estudos, risos, choros, e, principalmente, amadurecimento. Obrigada pela risada certa no final da noite, que deixava e ainda deixa as saudades de casa e da família mais brandas.

Ao professor Mário Brum, que além de ter contribuído com um livro essencial para a parte histórica, revisou suas próprias citações e me ajudou com reflexões que guiaram este trabalho.

Aos amigos do Comitê Popular Rio para Copa e Olimpíadas, que me acolheram tão bem e que fazem, cada vez mais, com que eu perceba a eficácia da união e articulação de pessoas preocupadas com a promoção da justiça social.

Aos professores presentes na banca, João Batista e Larissa Moraes, tanto pelos ensinamentos ao longo da faculdade, como por aceitar o meu convite e dispor do seu tempo para análise deste trabalho.

À Isabella Gião, personificação da palavra amizade. Amiga que o tempo e a distância só fizeram nos aproximar, obrigada por trazer sua sensibilidade e arte a esse trabalho.

E, enfim, obrigada aos moradores das comunidades removidas ou ameaçadas de remoção que me atenderam, me escutaram, e confiaram

em mim para o desabafo de suas histórias.

Sumário

10 • Memorial descritivo

18 • Introdução

Parte I

21 • Os cortiços

22 • O início das favelas

24 • A reforma de Pereira Passos (1904-1908)

27 • A ocupação da periferia e o “problema favela”

28 • O Plano Agache (1930)

30 • O Código de Obras (1937)

31 • Os Parques Proletários

33 • Associativismo, Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião

35 • A era das remoções

40 • O governo Brizola e uma nova política para as favelas

41 • O Projeto Mutirão

42 • O Favela-Bairro

Parte II

Comunidades cariocas e seus atuais processos de remoção

51 • Restinga

52 • Cenas de horror

56 • O dia da remoção

58 • Metrô-Mangueira

60 • A certeza da remoção

64 • Vida entre escombros

65 • Casa para quem já tinha casa

67 • Vila Autódromo

70 • Uma longa história de resistência

74 • O Plano Popular de Urbanização

Entrevista: Carlos Vainer

76 • Na defesa da Vila Autódromo, a resistência à “cidade de exceção”

Entrevista: Raquel Rolnik

79 • “Nas cidades-sede da Copa e das Olimpíadas no Brasil o direito à moradia tem sido violado em praticamente todos os casos de remoção”

Entrevista: Jorge Bittar

83 • Defesa das remoções e crítica aos “excessos”

87 • Referências Bibliográficas

Memorial descritivo

É curioso como alguns acontecimentos e fatos aparentemente triviais do cotidiano vão se somando e construindo quem nos tornamos. Na rua em que cresci, em Santos, havia um morador de rua conhecido da região, que se autointitulava “o mendigo de luxo”. Quando não estava bêbado, estava compenetrado lendo, ironicamente, uma pilha de revistas *Veja*, deixada pelos vizinhos moradores dos prédios, que sabiam de seu gosto pela leitura. Sua história era sabida da vizinhança, ele era um artista plástico espanhol, mas a bebida lhe tirou a carreira e a mulher, e o deu às ruas.

A humanização dada ao mendigo de luxo me fazia olhar diferente para os outros moradores de rua que encontrava. Não os via como um obstáculo a ser desviado no caminho, mas como pessoas que, por algum motivo, foram parar naquela situação. Vez ou outra, quando tinha a oportunidade, buscava descobrir as histórias que se escondiam atrás das roupas surradas. Um morador de rua chegou a me contar, inicialmente, que estava naquela situação porque veio do Sul do país e gostaria de conhecer o mundo, era um andarilho. Após alguns minutos de conversa e um pouco mais de confiança, revelou que o motivo de sua desgraça era o amor perdido de uma mulher.

No início da adolescência, a leitura de *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, foi extremamente marcante para uma visão ainda mais humanizada do tema. Os meninos de rua do livro, de Ilhéus, tinham uma infância sofrida, mutilada e sacrificada, mas encontravam algum consolo e fuga na praia, na cidade pequena e na paisagem da região. Eu pensava, e as crianças de rua de grande centros, como São Paulo? Além da ausência de cuidados e carinho necessários para uma criança e de toda a violência, onde encontrariam alguma fuga de seu duro cotidiano, em viadutos e ruas poluídas?

Com a questão social sempre em pauta, escolhi o jornalismo por achar que era um caminho promotor de justiça social. Se as pessoas conhecessem as histórias daqueles que são invisíveis, não apenas os moradores de rua, como todos que de alguma forma sofrem e não tem voz, como não se comover e buscar mudanças? Sabia que o único caminho era pelo estudo. Ninguém prestaria atenção em mim se eu não fosse “alguém”.

Já na faculdade, meus trabalhos e disciplinas acabavam contemplando o tema. No segundo semestre de 2010, em trabalho para o projeto “Universidade no Ar”, da professora Ana Baum, produzi, junto com os colegas Luciano Ratamero, Anabel Moutinho e Ana Paula Abreu, uma reportagem de rádio sobre a ocupação urbana Manoel Congo, localizada na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. O recorte da nossa reportagem foi sobre as crianças da ocupação, mostrando como era crescer em um ambiente diferente do qual conhecíamos.

O contato com a ocupação e com as crianças de lá me levaram a querer fazer um pouco mais. Ao saber que um grupo de quatro estudantes da Uerj ia todos os sábados dar aulas de reforço e atividades para as crianças da Manoel Congo, quis participar também. Entrei em contato e passei a, todas as minhas manhãs de sábado, a realizar atividades educativas, levar as crianças a exposições da região do Centro, a teatros, etc.

Quando comecei a pensar sobre o tema da minha monografia, não foi difícil. Decidi: a questão da moradia. A minha ideia inicial era abordar tudo, um histórico de políticas públicas para habitação, o que diz a Constituição sobre direito à moradia, qual o déficit do país, o que esse déficit causa, o descaso do governo, o fetiche da casa própria no Brasil, e ainda trazer histórias de pessoas que são afetadas – pelo menos um relato de um morador de rua, um de ocupação urbana e um de área de risco.

Logo descobri que eu queria muito para uma monografia, falaria de muita coisa e não me aprofundaria em nada, e cada subtema rendia um

novo projeto final. Eu precisava de um recorte, de um foco. Em março de 2012, fiz uma entrevista de estágio na ONG Justiça Global. Não ganhei a vaga, mas recebi do meu entrevistador um convite para participar do Comitê Popular Rio para Copa e Olimpíadas, organização civil que reúne representantes de ONGs, movimentos sociais, estudantes e qualquer pessoa que queira discutir e pesquisar sobre as violações de Direitos Humanos que estão acontecendo para a preparação para os megaeventos no Rio de Janeiro.

No comitê, o trabalho era dividido em Grupos de Trabalho (GTs), e comecei a participar do GT Remoções. Ao entrar em contato com os moradores de comunidades que estavam sendo removidos ou ameaçados de remoção, como Arroio Pavuna e Vila Autódromo, achei o meu gancho. O meu trabalho seria uma grande reportagem sobre as remoções que estavam acontecendo em razão da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016.

Encontrado o recorte, decidi manter a parte do resgate histórico das principais políticas públicas de habitação efetuadas desde o final do século XIX. Achava importante localizar os acontecimentos de hoje em dia dentro de uma perspectiva maior de tempo, para entendê-los melhor. Pedi à minha orientadora Sylvia Moretzsohn – escolhida desde o primeiro período em razão da lúcida disciplina “Introdução ao Jornalismo” – que me indicasse algumas leituras.

A professora me passou a monografia do aluno Gustavo Maia, chamada “A imprensa contra as favelas e a criminalização jornalística da pobreza”, e os livros Cidade Febril, de Sidney Chalhoub, e Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Da monografia de Gustavo ainda resultaram ótimas indicações de fontes, como Gênese das Favelas Cariocas, de Licia Valladares.

Em junho de 2012, fiz um curso de extensão na PUC-Rio chamado “Favelas Cariocas: ontem e hoje”. A ementa do curso tinha exatamente

o que eu buscava e contribuiu muito para a escrita da parte histórica. Além disso, um dos professores do curso, Mário Brum, lançou no final de 2012 o livro Cidade Alta - histórias e memórias da remoção e a construção do estigma de favela num conjunto habitacional, que foi praticamente uma fonte única para a parte “A Era das Remoções” desta reportagem.

Além disso, as conversas no bar Escadinha depois das reuniões do Comitê Popular Rio com os amigos Renato Cosentino e Orlando dos Santos Júnior me renderam essenciais indicações, como A Evolução Urbana do Rio de Janeiro, de Maurício de Abreu, e Pereira Passos: um Haussmann tropical, de Jaime Benchimol.

Realizada a parte de pesquisa histórica, precisava começar as reportagens. Mesmo sabendo que muitas favelas do Rio de Janeiro estavam sofrendo processos de remoção – Vila Recreio 2, Favela do Sambódromo, Vila das Torres, Largo do Campinho, Metrô-Mangueira, Restinga, Vila Autódromo, etc... –, decidi escolher apenas três para poder me aprofundar na apuração de cada uma.

A Vila Autódromo já estava escolhida desde o começo, por ser uma comunidade-símbolo da resistência, já que está sofrendo tentativas de remoção há 20 anos. O Metrô-Mangueira eu escolhi pelos relatos e reportagens que tinha visto sobre a situação de quem ainda não tinha sido removido. Como os moradores foram saindo aos poucos, quem ficava tinha que conviver com o entulho das casas demolidas, que a prefeitura não removia e ficava ali, acumulando lixo, água parada e atraindo ratos e insetos. Gostaria de ver essa história de perto.

No dia 10 de outubro de 2012, acompanhei a visita ao Rio de Janeiro do Grupo de Trabalho (GT) Moradia Adequada do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH) da Secretaria dos Direitos Humanos. O GT foi criado em razão de diversas denúncias de violação de Direitos Humanos na preparação para os megaeventos, e tem a missão

de realizar visitas nas cidades sede para depois produzir um relatório do que foi visto, com algumas recomendações. No primeiro dia da visita ao Rio de Janeiro, fomos à Vila Autódromo, na Barra da Tijuca, e à Providência, no Centro do Rio, e depois a uma reunião aberta para os representantes de diversas comunidades darem o seu relato. A fala de Michel Santos, ex-morador da Restinga, me marcou muito pela violência como foi relatada a remoção, e nesse dia defini a minha terceira comunidade.

Como trabalho de segunda a sexta-feira, oito horas por dia, as entrevistas presenciais ficaram para os finais de semana. Não foi difícil encontrar minhas fontes. Sempre um amigo, ou amigo de amigo, tinha o contato dos presidentes de associação de moradores, ou daqueles que sabidamente já eram mais abertos a contar a história da remoção. Houve, entretanto, alguns desencontros, que exigiram a remarcação das entrevistas, pelos imprevistos que algumas das minhas fontes enfrentaram. Precisei de quatro fins de semana para completar esta parte do trabalho.

A maioria dos moradores falou sobre o trabalho da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que os ajudou a combater judicialmente os processos de remoção. Assim, entrei em contato com o defensor Alexandre Mendes e, apesar da agenda apertada, ele me recebeu para uma entrevista, ao final de um debate sobre remoções na Faculdade de Direito da UFF, no dia 24 de janeiro de 2013, que terminou quase às dez da noite.

Outras duas fontes essenciais foram a relatora da ONU para a Moradia Adequada no Brasil, Raquel Rolnik – cujo blog acompanho há muito tempo –, e o urbanista Carlos Vainer, da UFRJ. Raquel mora em São Paulo e por isso só consegui entrevistá-la por e-mail: meu primeiro contato foi em 22 de janeiro e obtive as respostas no dia 26 de fevereiro de 2013. Vainer, que frequentou reuniões do Comitê Popular Rio em 2012, foi um dos mais ativos participantes da elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, um plano de urbanização realizado em uma parceria da Associação de Moradores local com a UFF e a UFRJ. Ele

recusou-se terminantemente a ser entrevistado por email. Conseguimos marcar um encontro após uma das reuniões do Comitê.

Procurei ainda Eugênio Aragão, coordenador do GT Moradia Adequada do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH) da Secretaria dos Direitos Humanos. Como ele mora em Brasília, enviei algumas perguntas por e-mail. Ele disse que me responderia até o dia 7 de março, mas não obtive retorno das minhas perguntas até o fechamento desse trabalho.

O acesso ao ex-secretário municipal de Habitação Jorge Bittar, atual deputado federal, me foi facilitado por uma amiga que estava trabalhando na gestão das mídias sociais de seu mandato. Ele foi muito solícito e marcou entrevista presencial para o dia 11 de março.

Já com o prefeito Eduardo Paes foi impossível falar, apesar das inúmeras tentativas. Iniciei contato no dia 13 de fevereiro, com um email para a assessoria de imprensa. Recebi resposta no dia seguinte do assessor Leonardo Borges, solicitando as perguntas e indagando pelo meu deadline. Enviei as perguntas no mesmo dia e, como não houve confirmação, telefonei e o assessor pediu que as reenviasse. Sem respostas até o dia 25 – o meu deadline –, insisti por email, pedindo atendimento até 1º de março. Como não houve retorno, voltei a telefonar, com um novo prazo para 8 de março, ressaltando que havia algumas acusações sérias contra o prefeito. Foi inútil: não obtive resposta.

Finalmente, dia 26 de fevereiro entrei em contato com o Consórcio Rio Mais, formado pelas empresas Odebrecht, Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez, que será o responsável pela demolição da Vila Autódromo e pela construção do Parque Olímpico.

Por e-mail, no dia 26 de fevereiro de 2013, entrei em contato com a assessoria que presta serviços ao Consórcio, a Agência Comunicação Mais, explicando os objetivos da entrevista e enviando três perguntas. No dia seguinte, a assessora Amanda Cardoso me ligou e disse que essa

parte de remoção não era com eles, era com a Prefeitura. Insisti, argumentando que as remoções no Rio de Janeiro já tinham sido alvo de reclamações da ONU ao governo brasileiro pelas violações de direitos humanos, e perguntei se o consórcio, formado por três grandes empresas que dizem adotar os princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, tinha alguma preocupação quanto ao processo de remoção dos moradores da Vila Autódromo.

A assessora respondeu que o consórcio “só constrói, só obedece, só entra com o maquinário”. Que se a prefeitura mandasse eles construía, e que se não mandasse eles não construía. E insisti em que eu entrasse em contato com a Prefeitura – o que já vinha fazendo, sem sucesso.

Introdução

A notícia de que o Brasil receberia a Copa do Mundo e as Olimpíadas foi festejada pelo país inteiro, sem distinções de classes. A maioria das pessoas comemorou o fato de se receber megaeventos tão importantes, não só na cidade do Rio de Janeiro, como no país todo.

No entanto, a preparação para esses megaeventos tem trazido transtornos para a parcela da população marginalizada. No Rio de Janeiro, as comunidades Favela do Sambódromo, Vila das Torres, em Madureira, Largo do Campinho, em Campinho, Recreio 2 e Restinga, no Recreio dos Bandeirantes, já foram completamente removidas. Nessas remoções, o que não falta são reclamações de ausência de diálogo com as comunidades em relação aos projetos de urbanismo, intimidação e truculência policial no momento das remoções.

A política das remoções está longe de ser uma novidade no Brasil. Com a chegada da Família Real, em 1808, 10 mil casas foram pintadas com as letras PR, de Príncipe Regente, que significava que o morador teria que sair de sua casa para dar lugar à realeza. Logo, PR ficou popularmente conhecido como Ponha-se na Rua.

Hoje, em 2012, as casas que serão removidas são marcadas com as letras SMH, de Secretaria Municipal de Habitação, que a criatividade popular também não deixou escapar e chama de Sai do Morro Hoje.

Este é um projeto de livro-reportagem que pretende mostrar de que forma estão acontecendo as remoções em consequência da realização das grandes obras para os megaeventos, obras tanto para mobilidade urbana, quanto para construções de equipamentos esportivos, estádios, etc.

Este projeto está dividido em duas partes. A primeira é um resgate histórico, desde o fim do século XIX, da ocupação urbana e de políticas relacionadas à moradia na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é apresentar um panorama geral, para mostrar que esse modelo de cidade que encontramos hoje é fruto de uma longa construção histórica.

A segunda parte traz reportagens sobre três comunidades cariocas, uma removida, a Restinga, uma parcialmente removida, a Metrô-Mangureira, e uma ameaçada de remoção, a Vila Autódromo. Apesar de não ser novidade, agora vivemos situação específica inaugurada por esses dois megaeventos esportivos e as transformações urbanísticas que eles impõem à cidade. Hoje há um grande agravante, que são as remoções acontecendo de forma sistêmica e integrada nas 12 cidades-sede da Copa no Brasil, com a justificativa da urgência e com uma paixão nacional como bandeira. É praticamente um herege quem vai de encontro a um projeto desses.

Os cortiços

No final do século XIX, os cortiços eram uma das principais alternativas à moradia da população pobre do Rio de Janeiro, que não tinha condições de pagar as altas taxas de aluguel e precisava morar próximo ao local do trabalho. São habitações coletivas, com uma infraestrutura precária, formada geralmente por uma série de cômodos distribuídos ao longo de um corredor ou em volta de um pátio. Eles abrigavam aproximadamente 20% da população carioca.

A maioria dos cortiços estava concentrada nas freguesias de Santana, Santo Antônio, São José, Santa Rita, Espírito Santo e Glória. Correspondem, grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e área Portuária.¹

O cortiço tinha o mesmo estigma social que hoje acompanha as favelas. Era visto como um verdadeiro “inferno social, era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social.”² O discurso sanitarista de médicos e engenheiros era muito presente no combate aos cortiços. Para eles, um lugar tão anti-higiênico era um perfeito proliferador de doenças.

Em 1893, o então prefeito Barata Ribeiro determinou a destruição do maior cortiço da época, chamado Cabeça de Porco. Mas foi dez anos depois, em 1903, na reforma urbana de Pereira Passos, período conhecido como Bota-Abaixo, que a guerra contra os cortiços ganhou força. Além de muitas demolições, Passos proibiu novas reformas e reparos nos cortiços existentes.

¹ Maurício de Abreu. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO; Zahar, 1987.

² Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998.

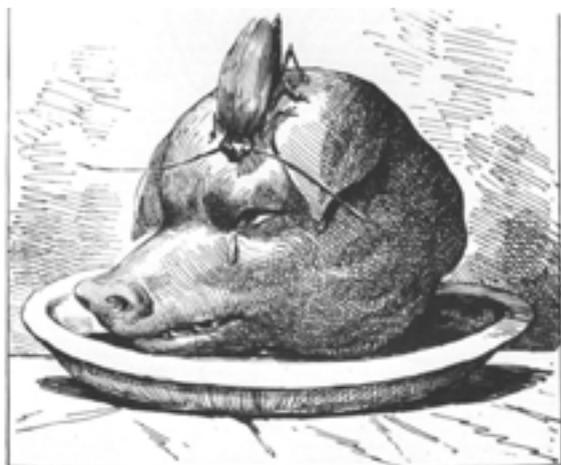


Imagem retirada do livro de Maurício de Abreu.

Cabeça de Porco.
 Com de ferro a cabeça.
 De tal poder e enfunde
 Tanto o tempo que se esqueça.
 Dizia-se de grande.

Cabeça de Porco.
 De sua boca saía
 De fumaça de canudos.
 De fumaça de canudos.
 De fumaça de canudos.
 De fumaça de canudos.

Assim se que se dá a fumaça.
 De fumaça de canudos.
 De fumaça de canudos.
 De fumaça de canudos.
 De fumaça de canudos.

A Destrogação do "Cabeça de Porco" pelo prefeito Barata Ribeiro foi assim recordada pelo Revista Ilustrada.
 Fonte: Revista Ilustrada, nº 106, Fevereiro 1912.

O início das favelas

Com o fim dos cortiços como uma das principais alternativas de habitação, e não sua extinção, iniciou-se o processo de ocupação dos morros cariocas. Autores como Licia Valladares e Marcos Alvito corroboram a versão predominante de que a primeira favela do Brasil seria a do atual Morro da Providência. Com o fim da guerra de Canudos, alguns soldados que retornaram se instalaram no morro da Providência. Lá, havia a mesma vegetação rasteira do Nordeste da Bahia, de Canudos, chamada Favella. Com isso, o local primeiro passou a ser conhecido como Morro da Favella, o que acabou dando nome a todas as outras comunidades semelhantes que foram surgindo, e só depois ficou conhecido como Morro da Providência.

Alguns estabelecem uma relação direta entre o “Cabeça de Porco” e o início do morro da Favella. Isto porque, antes da chegada dos soldados de Canudos, e durante a destruição do maior cortiço do Rio de Janeiro, o então prefeito do Rio de Janeiro Barata Ribeiro havia permitido a retirada de madeiras que

poderiam ser aproveitadas em outras construções. Alguns moradores teriam então subido o morro por trás da estalagem. Por coincidência, uma das proprietárias do “Cabeça de Porco” possuía lotes naquelas encostas, podendo, assim, manter alguns de seus inquilinos.¹

No entanto, há registros da ocupação do Morro de Santo Antônio, no decreto 1.187 de 04/06/1853. Outro batalhão que voltou de Canudos teria construído barracos entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio, com a autorização dos chefes militares. Em 1898 um comissário de higiene alertava para o crescimento de barracões numa área já ocupada, enquanto a imprensa denunciava, em 1901, que “estava surgindo aí um bairro novíssimo, construído sem licença nem autorização das autoridades municipais e em terrenos do Estado [...] perfazendo um total de 150 casebres [...] e cerca de 623 habitantes. (sic)”²

O morro de Santo Antônio foi parcialmente desmontado na década de 50 para a abertura das Avenidas República do Chile e República do Paraguai, e sua terra foi usada para a construção do Aterro do Flamengo. Foi preservado o Convento de Santo Antônio.



Decreto Santo Antônio

1 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998.

2 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998. Apud Maurício de Abreu. “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro”. Espaço & Debates, p: 37. 1994.

Porém, estabelecer qual foi a primeira favela do Brasil não é o mais importante. Até porque a favela como a conhecemos hoje não existia naquela época. O importante é saber que havia um início de ocupação de alguns morros, porém nada muito significativo, e que só ganhou escala com as reformas urbanas de que trataremos adiante. No romance *Esau e Jacó*, escrito em 1904 por Machado de Assis – mas cujo 1º capítulo se passa em 1871 – ele já narrava a ocupação dos morros da região central, nesse caso do Morro do Castelo.

Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. ...Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo mas o Morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o clube. O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas. Não obstante, continuavam a subir, como se fosse penitência, devagarinho, cara no chão, véu para baixo. A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, ... A casa era como as outras, trepada no morro. Subia-se por uma escadinha, estreita, sombria, adequada à aventura... Grifos meus.

A reforma Pereira Passos (1904-1908)

No início do século XX, o engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito do Rio de Janeiro pelo então presidente Rodrigues Alves, realizou a maior transformação no espaço carioca até então.

O Distrito Federal do maior país exportador de café do mundo não poderia ser mais sinônimo de febre amarela e sujeira. Inspirado em Haussmann, o prefeito de Paris responsável pela sua reforma urbana no final do século XIX, a

reforma de Pereira Passos tinha como objetivo “promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas mais facilidade de colocação e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrabaldes por galerias estanques, sanear, embelezar, melhorar enfim a nossa maltratada capital”.¹

As principais características da reforma foram: alargamento das principais artérias do Centro, criação da Avenida Beira Mar para melhorar o acesso da Zona Sul ao Centro; construção do Teatro Municipal; ligação da Lapa com o Estácio; guerra aos quiosques e ambulantes; inauguração de estátuas imponentes na Praça XV, Largo da Glória, Largo do Machado, Praça São Salvador, Praça Tiradentes, Praça Onze e Passeio Público; e arborização no Centro. Na maioria dos casos, a prefeitura desapropriou mais prédios do que eram necessários, para depois vender o que ficou valorizado.²

Em paralelo às obras da prefeitura, a União também realizou grandes obras no mesmo período, como a construção da Avenida Central, atual Rio Branco, que demoliu de duas e três mil casas, o novo porto do Rio de Janeiro, e a abertura das avenidas que lhe davam acesso, a Francisco Bicalho e a Rodrigues Alves.

É a partir daí que os morros do Centro (Providência, Santo Antônio, Castelo e outros) até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados. Ainda assim, a maior parte das pessoas que perderam suas casas não foi para as favelas centrais, e sim para o subúrbio, principalmente Engenho Novo e Inhaúma.

1 Jaime Benchimol. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

2 Maurício de Abreu. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. IPLANRIO; Zahar, 1987.

Para Benchimol,

Pela primeira vez em sua história, centenas de prédios foram rápida e implacavelmente demolidos, deixando ao desabrigo dezenas de milhares de pessoas - trabalhadores e gente pobre sobretudo - para que, em lugar da secular estrutura material herdada da colônia, mas já transfigurada em suas funções desde a desagregação do escravismo, surgissem largas e extensas avenidas, ladeadas de prédios suntuosos, formando uma paisagem decalcada no ecletismo europeu, que tentava dar ao Rio de Janeiro o aspecto imponente e opulento das metrópoles burguesas do Velho Mundo. Uma rede de eixos de comunicação, constituída de ruas alargadas e prolongadas, estabeleceu os nexos de circulação entre o centro da cidade - que adquiria sua função moderna de núcleo comercial, financeiro e administrativo - e as zonas em expansão, ao norte e ao sul, que se formavam ou consolidavam como áreas de moradias ou áreas industriais, descoladas, especialmente dos antigos limites da Cidade Velha e sua extensão mais recente, a Cidade Nova.



Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905.
João Martins Torres – Acervo Instituto Moreira Salles

Demolições para a construção da Avenida Central, atual Rio Branco.

A ocupação da periferia e o “problema favela”

As paradas de trem suburbano configuraram primitivos polos residenciais ao seu redor, que aos poucos foram se interligando e formando uma densa malha urbana. As pessoas foram para a periferia em busca de moradia barata e de pouca burocracia para instalar-se. Além disso, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a atividade industrial no Brasil se fortaleceu, resultando no surgimento de diversas favelas como moradia para os operários das fábricas, como a favela do Jacarezinho.

Na década de 20, além da expansão mais intensa para a periferia, ocorreu o descobrimento do “problema-favela”. Os jornalistas, médicos e engenheiros que antes dedicavam suas críticas aos cortiços, descobriram a favela como uma

nova ameaça à ordem pública, à moral e à higiene.

Esse discurso é bem ilustrado pelo médico sanitarista João Augusto de Mattos Pimenta, rotariano importante do meio empresarial carioca do final dos anos 20.

[...] Antes mesmo de sua adoção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favelas” — lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais prodiga de bellezas.¹

O Plano Agache (1930)

Primeiro Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, o plano urbanístico orientado pelo francês Alfred Agache nunca foi implementado, mas merece destaque porque várias obras sugeridas foram realizadas décadas mais tarde, como o autódromo de Jacarepaguá. O plano sugeria também “construção de uma grande avenida de continuação do canal do Manguê”, que na década de 40 veio a ser a Presidente Vargas, que demoliu 525 prédios.²

Além disso, o plano já falava no problema social e estético das favelas, com a erradicação como solução.

Construídas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalisações d’agua, sem exgottos, sem serviço de limpeza publica, sem ordem, com

material heteroclito, as favelas constituem um perigo permanente d’incendio e infecções epidemicas para todos os bairros atravez dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corroe até as margens da matta na encosta das serras.³

No entanto, chamava atenção para a necessidade de se oferecer alternativas habitacionais aos moradores de favelas: “É inútil tratar de suprimir as favelas antes de ter edificado habitações adequadas para agasalhar os infelizes que as povoam”.⁴ Para a elaboração do plano, a equipe de Agache teria consultado 63 trabalhos, livros, relatórios e revistas sobre todos os assuntos da obra, além de dezenas de cartas, mapas, fotografias e mais de 30 plantas, projetos e desenhos diversos.⁵

Em 1930, os estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais formaram a Aliança Libertadora e deram um golpe de Estado, impedindo a candidatura de Júlio Prestes e colocando Getúlio Vargas no poder. A chamada Revolução de 1930 rompeu quatro décadas da política do café-com-leite, um revezamento de paulistas e mineiros na presidência.

A ascensão de Getúlio Vargas traz uma mudança radical na política. Como presidente, Vargas deu grande atenção aos trabalhadores. Para prevenir revoltas trabalhistas e greves que pudessem dar espaço ao ideal do comunismo, criou a CLT, o limite da carga horária de trabalho, o direito às férias remuneradas, descanso aos domingos, licença-maternidade e proibição do emprego a

1 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998. *Apud* José Augusto de Mattos Pimenta. Para a remodelação do Rio de Janeiro. Discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rotary Club, 1926.

2 Maurício de Abreu. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO; Zahar, 1987.

3 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998. *Apud* Alfred Agache. Cidade do Rio de Janeiro: extensão — remodelação — embelezamento. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

4 Maurício de Abreu. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO; Zahar, 1987.

5 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998.

menores de 14 anos. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade. A política de Vargas também ecoará nos programas de habitação, como veremos mais à frente com os Parques Proletários.

O Código de Obras (1937)

Após a descoberta do “problema-favela”, a palavra favela foi citada pela primeira vez como termo jurídico oficial em 1937, no Código de Obras, fazendo com que ela passasse a existir oficialmente para o Estado. O artigo 349 do Código é claro em suas intenções, proíbe a reforma e o reparo em favelas já existentes, proíbe a construção de novas casas, e sugere a construção de outros “núcleos de habitação de tipo mínimo” para a população que lá vivia.

Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. [...]

7º Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dôbro [...]

8º A construção ou armação de casebres destinados a habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste

artigo.

9º A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo XIV deste decreto a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo. [...]

Os Parques Proletários

O Código de Obras sugeria, como vimos, a construção de “núcleos de habitação de tipo mínimo”. Dessa orientação surgiu o Programa dos Parques Proletários, lançado pelo prefeito Henrique Dodsworth em 1942. De acordo com o sociólogo Burgos, os parques tinham por finalidade resolver os problemas das condições insalubres do centro da cidade, além da conquista de novas áreas para a expansão urbana. Até 1943 foram construídos três parques: Gávea, Caju e Leblon, para onde foram transferidas cerca de quatro mil pessoas.

Os parques tinham um caráter provisório. Havia a promessa de que as pessoas iriam poder voltar para as suas casas quando a região onde morassem estivesse urbanizada. No entanto, isso nunca aconteceu. As pessoas acabaram ficando bastante tempo e depois foram expulsas pela valorização imobiliária, principalmente na Gávea e no Leblon.

Em um artigo publicado no jornal A Noite, por Dodsworth, em 1945, ele reconhece o caráter provisório dos Parques: “Os Parques Proletários, entretanto, mesmo com as suas Escolas Primárias, Pré-escolares, Escolas Profissionais, Escolas noturnas, Centro Social, Socorro alimentar, Clubes de operários; Assistência religiosa e policial, possuindo dependências do SAPS6 e da Caixa Econômica, não constituem mais do que uma experiência feliz, tecnicamente orientada, e jamais se propuseram, aliás, a constituir a solução, mesmo precária, do problema [o problema favela].”. O grifo é meu.

Os parques também tinham uma pedagogia civilizatória.⁷ Os moradores tinham que ter atestado de bons antecedentes, tinham carteira de identificação para apresentar à noite nos portões – que eram fechados às 22 horas – e ainda

recebiam lições de moral. O espaço também era palco de festas e eventos políticos para estreitar os vínculos de Getúlio Vargas com as camadas populares. Em um artigo publicado no Correio da Manhã por Dodsworth em 1956, ele traz essa face “pedagógica” dos parques: “Os Parques Proletários Provisórios realizavam trabalho preparatório de incalculáveis benefícios e do mais alto sentido humano: antes da casa própria, a recuperação do indivíduo, deformado pela promiscuidade macabra da favela.”

No mesmo artigo, Dodsworth exalta o fato de ter extinguido algumas favelas na sua gestão:

É notório, e por isso mesmo deveria ser sabido, que foram totalmente extintas quatro favelas quando exerci a direção da Prefeitura, e que duas o foram apenas parcialmente. Extintas, a do Capinzal e Olaria, à Rua Marquês de S. Vicente, a do Arará, no Parque de Minérios, e a do Largo da Memória, nas imediações da Av. Bartolomeu Mitre, e em cujo local, de imediato, sob o impulso realizador do gen. Rego Barros, prestigiado pelo então general e ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, foram construídos os edifícios que constituem, ainda hoje, as dependências do 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa.

Parcialmente extintas foram as favelas da Praia do Pinto e da Rua Macedo Sobrinho. Os moradores de todas elas foram transferidos, depois de rigoroso censo qualitativo e quantitativo, para os Parques Proletários Provisórios então criados, à Rua Marquês de S. Vicente (Parque nº 1), Caju (Parque nº 2), e Praia do Pinto (Parque nº 3), reduzidos depois a lamentável ruína, por obra da descontinuidade administrativa em dez anos de critérios e descritérios de toda sorte. (O grifo é meu).

“Os parques proletários foram a primeira política habitacional do governo para a população de baixa renda. Mas, na verdade, foi mais do que apenas uma política habitacional, foi uma política de controle de uma parcela da população que estava muito solta e precisava ser neutralizada. Essa ideia casava muito

bem com a proposta do Getúlio de moldar a população com o ‘ethos’ do trabalho”, afirma o historiador Burgos.

Construído como alternativa provisória de moradia às favelas, um Censo de Favelas feito pelo IBGE em 1950 indica o Parque Proletário da Gávea como uma favela, assim como citações na imprensa o identificam como tal.⁸

No mesmo período houve um intenso processo de expansão e adensamento do subúrbio, já que, com a 2ª Guerra Mundial, houve um novo boom de indústrias e, além disso, o governo passou a interferir no processo de localização industrial.

O Estado criou uma zona industrial, que excluía Laranjeiras, Gávea e Jardim Botânico, este último com um histórico representativo de presença da indústria têxtil. Nessa época, foi inaugurada a Avenida Brasil como um novo eixo de expansão fabril. As proximidades foram destinadas à localização de fábricas, além de armazéns, oficinas, garagens... Mas houve uma antecipação da ocupação dos terrenos do entorno pelas favelas, principalmente entre Olaria e Lucas.

Associativismo, Fundação Leão XIII e Cruzada de São Sebastião

Preocupados com a alternativa de terem que se mudar para os parques proletários, os moradores das favelas começaram a se organizar. Em 1945 foram criadas comissões de moradores, a primeira no Pavão-Pavãozinho, e depois nos morros do Cantagalo e Babilônia. Com isso, os moradores também passaram a atores políticos, para o temor dos setores conservadores.⁹

Liderado por dom Jaime de Barros Câmara, um setor expressivo na Igreja preocupado com os avanços dos comunistas nas favelas procurou as autoridades federais e propôs a criação de uma Fundação que atuasse nas favelas. O Governo Federal encampa a ideia: “É necessário subir o morro, antes que os comunistas desçam.”¹⁰

Em 1946 surgiu a Fundação Leão XIII, instituição declaradamente dedicada à “assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro”, criada pela Arquidiocese e pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Segundo Burgos, em vez do conflito, a Leão XIII promete diálogo e compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação.

Apesar de ter o objetivo do controle político, a atuação da Fundação foi expressiva. Entre 1947 e 1954, a Leão XIII estendeu sua atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias. No entanto, a Fundação não inibiu uma articulação cada vez maior entre os moradores.

Em 1955 foi criada a Cruzada São Sebastião, órgão vinculado a Igreja Católica, que, em relação à Leão XII, buscou reunir de forma mais concreta urbanização e pedagogia cristã. No ano seguinte, em 1956 foi criado o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha), que inicialmente sem recursos, funcionou apenas apoiando iniciativas da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião.

Essas instituições articulavam o controle político a uma pauta de direitos sociais referentes a problemas de infraestrutura. Entre 1956 e 1960, a Cruzada realizou melhorias de serviços básicos em 12 favelas. Foi construída no Leblon a Cruzada São Sebastião, conjunto habitacional que foi a primeira experiência de alojamento de moradores nas proximidades da própria favela que habitavam, nesse caso, a Praia do Pinto.

Se a Leão XIII trabalhava com a perspectiva de influir na associação de moradores e na formação de lideranças, a Cruzada atuava de forma mais direta, posicionando-se em alguns momentos como interlocutor dos moradores das favelas junto ao Estado, como ocorreu em 1958 e 1959, quando negociou com a administração pública a não remoção de três favelas ameaçadas: Borel, Esqueleto e Dona Marta.¹¹

A organização comunitária continuou se articulando, e em 1957 os mora-

dores das favelas criaram uma entidade autônoma para negociar seus interesses: a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal.

A Fundação e Cruzada são acusadas de assistencialismo e paternalismo por segmentos da burocracia pública, especialmente por sua atuação contra as remoções. A resposta do poder público foi a revitalização do Serfha, que não estava em atividade. Com isso, as associações e o Estado assinam um acordo, no qual a moeda de troca da urbanização é o controle político das associações de moradores pelo Estado. Em suma, no lugar da estratégia católica de formar lideranças tradicionais, o Estado oferece uma alternativa com resultados mais imediatos - a cooptação de lideranças.¹²

O Serfha não durou mais que um ano e meio, e seu esvaziamento coincide com a criação da Companhia de Habitação Popular (Cohab), em 1962, empresa que deveria realizar uma nova política habitacional, baseada na construção de unidades habitacionais para as famílias de baixa renda¹³. A Cohab era uma empresa mista, 51% eram do Estado e 49% da iniciativa privada.

As lideranças avançaram em sua organização, e em 1963 criaram a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg). Em resposta a esse amadurecimento, a Fundação Leão XIII passou de órgão vinculado à Igreja a autarquia do Estado.

A era das remoções

O então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, trabalhou com as duas perspectivas, primeiro, com o Serfha, com a perspectiva da urbanização. Depois, com a extinção do Serfha, a demissão de José Arthur Rios, e a subordinação dos órgãos habitacionais à Secretaria de Serviços Sociais, criada em 1963, foi concretizada a redefinição da política habitacional, que passou a trabalhar com muito empenho com a perspectiva remocionista, já que, com a especulação imobiliária, políticos e construtoras tinham interesse na “desfavelização” da Zona Sul.¹⁴

Outra característica de Lacerda é o alinhamento com a política norte-americana. O governador assinou o Acordo do Fundo do Trigo com os Estados Unidos, que destinou uma boa quantidade de recursos para a questão das favelas. A assinatura foi feita com grande divulgação na época e esse seria o instrumento pelo qual Lacerda executaria seu projeto de modernização da cidade alinhado aos paradigmas estadunidenses.¹⁵

De acordo com o historiador Mário Brum, as primeiras remoções estavam em áreas de obras, como favelas da Avenida Brasil, que foram removidas para a construção do Mercado de São Sebastião, e a favela do Esqueleto, retirada para a construção da UERJ, no Maracanã. Em um segundo momento, as remoções visaram favelas em terrenos de alto valor imobiliário, como o caso da Favela do Pasmado, em Botafogo.

Com o financiamento americano (Usaid), entre 1962 e 1965, foram construídas a Cidade de Deus e as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança. Por outro lado, algumas favelas foram urbanizadas.¹⁶ Em 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão financiador e responsável por programas habitacionais.

Em 1964, com o golpe militar e o início da ditadura no Brasil, o fechamento dos canais democráticos criou as condições necessárias para as remoções arbitrárias. Além disso, na conjuntura da Guerra Fria, o favelado era um revolucionário em potencial aos olhos do governo.

As construções dos conjuntos habitacionais vinham junto com a remoção de favelas. Em 1964 seriam removidas totalmente: Pasmado, em Botafogo (911 famílias); Getúlio Vargas, no Leblon (113); Maria Angu, em Ramos (460); João Cândido (665); Maneta, no Leblon (41), Vila do Sase, em Duque de Caxias. Parcialmente: Conjunto São José (20); Macedo Sobrinho, no Humaitá (14); Del Castilho (9); Marquês de São Vicente, na Gávea (32); Ladeira dos Funcionários, no Caju (8).¹⁷

Em 1965, foram removidas totalmente: Rio Joana (23); Esqueleto, no Maracanã (2.027); e parcialmente: Turano, no Rio Comprido (34); Morro do

Quieto, no Engenho Novo (46); Praia do Pinto, no Leblon (20); e Brás de Pina (366). Segundo dados da Cohab, no governo Lacerda foram removidas 6.290 famílias, sendo 4.800 apenas de janeiro de 64 a julho de 65.¹⁸ Até 1965, 30 mil pessoas foram removidas, o que foi pouco perto do que estava por vir.

Em 1967, pelo Decreto nº 870, o governador Negrão de Lima pôs as associações de moradores sob controle do Estado.¹⁹ Com isso, associações teriam que pedir autorização para realizar reparos nos barracos e impedir a construção de novos.

Em 1968, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) ainda realizou seu 2º Congresso. No entanto, com as traumáticas remoções da Praia do Pinto, Ilha das Dragas e Catacumba, na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, a resistência esfriou, com receio pelo custo maior que ela poderia significar, já que, devido à resistência dos moradores da Praia do Pinto, a favela sofreu um misterioso incêndio.

Em 1968, o governo federal criou a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam), com o objetivo de criar uma política única de favela para o Rio.²⁰ O remocionismo ganhou muita força com a criação da Chisam, que era vinculada ao Ministério do Interior, juntamente com o BNH.

A Chisam definia a favela como um “espaço urbano deformado” e sua missão declarada era erradicá-las. Para essa missão, a Chisam subordinou a Cohab, que era politicamente controlada pelo BNH. Com recursos do BNH, a Cohab construía os complexos habitacionais.²¹

Na conjuntura da ditadura, a Chisam virou a “autoridade” do programa remocionista. Era ela quem decidia quais favelas a serem removidas e onde ficariam os conjuntos, pois muitos terrenos eram do governo federal. E, na prática, quem executava as coisas era o governo do Estado.

Em 1969, o governo estadual lançou - em paralelo à Chisam, já que os programas realizavam as mesmas ações - o Programa Sete de Setembro. Esse programa previa que, em parceria com a Chisam, até o fim do mandato de

Negrão de Lima ocorreria a remoção de todas as favelas da Zona Sul, exceto a Rocinha, e seria feita a entrega de 50 mil unidades habitacionais nos conjuntos da COHAB.²² Há certa disputa entre os governos federal e estadual pela paternidade dos programas remocionistas e, na verdade, as ações entre esse programa lançado pelo governo estadual e o que estava em curso, do federal, tinham as mesmas ações.

O planejamento do governo terminava no conjunto habitacional, pois havia pouco ou nenhum planejamento para manter o morador nele. Ao se mudar para o conjunto habitacional, os moradores tinham que pagar prestações mensais à Cohab, e o grau de inadimplência era muito alto.

Um fator usado pelo governo na política remocionista é o estigma do favelado, que funcionava como um suporte ao programa. Foi feita uma extensa propaganda para que o favelado conquistasse a sua casa própria, e assim “deixasse sua condição de marginalidade”. A propaganda relacionava a “recuperação” daquele indivíduo ao ambiente em que ele vivia. E, claro, não poderia ser um barraco no morro.

O processo de remoção acontecia de acordo com as seguintes etapas: 1) Técnicos da Chisam entravam em contato com as organizações locais; 2) Convencimento dos moradores pelas lideranças; 3) Farta propaganda da casa própria; 4) Assistentes sociais iam à favela avisar a data da remoção e fazer um levantamento socioeconômico para a distribuição nos conjuntos habitacionais; 5) Na data marcada para a remoção, a família deveria estar com a mudança arrumada. Estavam presentes funcionários da Chisam, assistentes das secretarias de Serviços Sociais e tropas da Polícia Civil e Militar; e 6) o Departamento de Limpeza Urbana (DLU) demolia os barracos, para não correr o risco de que as pessoas voltassem para eles.²³

Outro objetivo do governo com a construção de conjuntos habitacionais no subúrbio era fornecer mão de obra para a indústria. De acordo com Brum, a solução do conjunto habitacional, ao mesmo tempo em que disciplinaria o uso do solo urbano, ofereceria a mão de obra necessária nas zonas destinadas

às fábricas.

Entre a programação executiva e as metas da CHISAM estavam: identificação e estímulo ao desenvolvimento de um mercado de trabalho acessível aos favelados; implantação de um sistema de aprendizado profissional nos Centros de Recuperação; conscientização das populações favelas removidas para os conjuntos residenciais, de sua real capacidade, motivadas através dos Conselhos Comunitários.²⁴

A Ação Comunitária do Brasil (ACB) ficou responsável pela capacitação para o trabalho em indústria e comércio. Inicialmente, em 1966, o papel da ACB era de urbanização, porém, sob a direção da Chisam, seu papel passou a ser o de “adequar” os favelados nos conjuntos da Cohab, através de atividade socioculturais e qualificação profissional.²⁵

De acordo com o historiador Mário Brum, “a questão da transferência dos favelados para as zonas industriais envolvia a promoção social do favelado dentro da ordem capitalista, em que a superação do favelado como marginal conjugava: a troca no barraco da favela pelo apartamento no conjunto habitacional com a ruptura com os “bicos”, subempregos ou mesmo o desemprego, para a inserção desse no mercado formal de trabalho como mão de obra minimamente qualificada e disciplinada”.

Nos planos originais da Chisam, e também nos do Programa Sete de setembro, seriam removidas todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976. A Chisam foi extinta em 1973, removeu mais de 175 mil moradores de 62 favelas (remoção total ou parcial), transferindo-os para novas 35.517 unidades habitacionais em conjuntos nas zonas Norte e Oeste.²⁶ A construção desses conjuntos habitacionais nem de longe resolveu o problema da habitação popular, mas modificou substancialmente a forma-aparência dos subúrbios, além de levar uma demanda grande de pessoas para onde não havia a infraestrutura necessária.

Logo após esse período, houve o esvaziamento do programa de remoções. Esse desmantelamento se deve a diversos fatores: o programa tinha um alto custo político, já que apresentava grande resistência dos moradores; dos 350

milhões destinados ao BNH para isso, foram usados apenas 100 milhões; em 1975, já tinha sido cumprida a função de desocupar áreas de grande valor imobiliário e dismantelar a organização política dos favelados; com a redemocratização, houve a revalorização da “moeda voto”.²⁷

Além disso, ainda havia outros fatores como a precariedade das novas habitações, o choque dos transferidos com a vida num local onde foram obrigados a criar novas relações de vizinhança, e a inadimplência - já que muitos tiveram novos custos com água, luz e transporte, e outros ainda perderam o emprego pela distância de seus antigos locais de trabalho.²⁸

Na segunda metade da década de 70, o foco da expansão deixa de ser a Zona Sul porque não há mais terrenos na região, e passa a ser a Barra da Tijuca, reduzindo a pressão sobre as favelas da Zona Sul e levando esse foco para as favelas da Barra. Nos anos 80, foram removidas a favela Via Park, nas imediações do Barra Shopping, e a Vila Marapendi, próxima ao Downtown. Os primeiros condomínios privados da Barra denominavam-se “Nova Ipanema” e “Novo Leblon”.²⁹

Para Burgos, são notórios e profundos os vínculos existentes entre o fenômeno da violência no Rio de Janeiro e o aborto do processo de integração política dos excluídos praticado durante a ditadura militar, já que o domínio das favelas pelo tráfico nos anos 80 inibe a retomada da comunicação dos seus interesses com a nova e institucionalizada democratização do país.

O governo Brizola e uma nova política para as favelas

Em 1982, o gaúcho Leonel Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro e desenvolve uma agenda social especialmente voltada para as favelas do Rio. Com o Programa de Favelas da Cedae (Proface), desenvolvido entre 1983 e 1985, o governo levaria sistemas de água e esgoto a cerca de 60 favelas; um programa de iluminação pública foi iniciado em julho de 1985 pela Comissão Municipal de Energia, para tentar superar o déficit até então existente, já que

apenas 47 das 364 favelas cadastradas dispunham de sistemas de iluminação pública; a Comlurb comprou microtratores adaptados às condições das favelas, o que viabilizou a coleta de lixo.³⁰

Também data desse período o Programa Cada Família um Lote, que ficou a cargo da Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação, que incluía a regularização da propriedade em áreas faveladas. Os moradores da Vila Autódromo, na Barra da Tijuca, são um exemplo de comunidade contemplada com a regularização desse programa.

Outra dimensão importante da sua política desenvolvida para as favelas é a sua política de direitos humanos, que esperava uma nova conduta para as polícias Civil e Militar, baseada no respeito aos direitos civis.

No entanto, o governo não encontrou parâmetros para se posicionar diante do crescimento do tráfico de drogas - já que é nos anos 80 que ele ganha força e a agenda da imprensa - e daí veio a acusação de que seu governo teria estimulado o desenvolvimento desses grupos. Essa acusação teve um papel importante na disputa de 86, na qual Moreira Franco saiu vencedor.³¹

O Projeto Mutirão

Em 1981, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), com o apoio do Unicef, criou o Projeto Mutirão. Em 1982, 15 favelas foram atendidas, incluindo obras de acesso, contenções de encosta, pavimentação e serviços de água e esgoto. O projeto foi incorporado ao Proface em 1983, ficando a Cedae responsável pela instalação da rede de água e a SMDS pela rede de esgoto. Uma das grandes obras do projeto foi a rede de luz no Jacarezinho, maior favela da época.³²

No início do projeto, a participação dos moradores era voluntária. De acordo com Lúcia Romeu, “a concepção predominante (...) era de que a contrapartida da família deveria ser o fornecimento de mão de obra gratuita”. No

entanto, a população não quis trabalhar de graça, e em 1984 foi realizado um seminário na UERJ, com a participação de 80 comunidades, que trouxe a solução de remunerar a equipe de obras.³³

Surgiram algumas dificuldades do ponto de vista administrativo, motivadas, principalmente, pelo universo das intervenções simultâneas, em mais de 140 favelas e loteamentos irregulares. Além disso, as dificuldades na execução exigiam quase sempre pequenas obras de contenção.

Segundo Lu Petersen, o programa priorizou as intervenções em Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, tendo como base o artigo 45, inciso VIII, do Plano Diretor, que indicou a prioridade de investimentos públicos para essa área.

Em 1991 o programa recebeu recursos federais, através do então Ministério de Ação Social, para uma intervenção no Complexo de Caricó, na Penha, que abrange seis comunidades, e na favela do morro da Formiga. O projeto integrado de Urbanização Comunitária no complexo de Caricó pode ser considerado como primórdio do Favela-Bairro, porque previa a intervenção com a participação de outros órgão afins. Com a criação da Secretaria Municipal de Habitação em 1993, ainda em caráter extraordinário, as lacunas do Projeto Mutirão foram preenchidas, principalmente a da falta de recursos.

O Favela-Bairro

No Plano Diretor de 1992 se consolida a ideia de um programa de integração das favelas à cidade, com a percepção da necessidade de um programa de intervenção global, e não com ações pontuais. O Plano prevê a urbanização e a regularização fundiária, e a favela é definida por características técnicas de sua estrutura, e não mais por características morais dos moradores. Ao lembrarmos o Código de Obras de 1937 e a missão da Chisam, podemos reconhecer a evolução desse Plano Diretor.

A apresentação da favela no Plano Diretor orientou o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), criado pelo prefeito César Maia, com seis

projetos habitacionais: Regularização de Loteamentos; Regularização Fundiária e Titulação; Novas Alternativas (voltado para a ocupação de áreas livres da cidade, mas com infraestrutura); Morar Carioca; Morar Sem Risco e Favela-Bairro. Para a execução desses planos, criou-se a Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH).³⁴

Segundo a definição do GEAP, o favela-bairro teria por objetivo “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acesso) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”. A recém-criada Secretaria de Habitação começou a selecionar as favelas que fariam parte do programa. Um parâmetro utilizado foi trabalhar com favelas de porte médio, de 2 a 10 mil moradores, que representava um terço do universo de favelas.³⁵

Após a seleção pelo tamanho das favelas, o critério utilizado foi o grau de dificuldade para “fechar a urbanização”. Havia o pressuposto de que quanto menor o grau de dificuldade, mais seria possível maximizar as intervenções. Assim, 40 favelas foram selecionadas. De acordo com Burgos, as 16 primeiras dessas 40 que receberam o projeto foi por critério político.

Em 1995, a prefeitura do Rio de Janeiro assinou um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de 300 milhões de dólares (incluindo a contrapartida de 120 milhões), para financiamento do Programa de Urbanização e Assentamentos Populares (Proap), cuja gestão ficou a cargo da Secretaria de Habitação. O Proap tinha três componentes: urbanização de favelas, regularização de loteamentos e um programa, complementar a ambos, de educação sanitária e ambiental, e desenvolvimento institucional. Desses três, o programa de urbanização, o Favela-Bairro, ficou com 192 milhões.³⁶

O projeto piloto do Favela-Bairro foi lançado na favela do Andaraí, a ser desenvolvido e implantado pela coordenação da SEH – que recebeu as equipes do Projeto Mutirão – em articulação com as secretarias de Obras e de Desenvolvimento Social.³⁷

As primeiras 16 áreas de intervenção abrangiam 23 favelas: Caminho do

Job e Morro União, na Pavuna; Serrinha, em Madureira; Morro da Fé e Parque Proletário do Grotão, no Complexo da Vila Cruzeiro; Parque Royal, na Ilha do Governador; Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião e Vila Clemente Ferreira, no Caju; Morro do Escondidinho e Morro dos Prazeres, em Santa Teresa; Cerro Corá, Vila Cândido e Guararapes, no Cosme Velho; Andaraí, Arrelia e Jamelão, no Andaraí; Mata Machado, no Alto da Boa Vista; Canal das Tachas; Vila Amizade, em Vargem Grande; Chácara Del Castilho e Fernão Cardim, no Engenho de Dentro; e Três Pontes, em Paciência.³⁸

Em março de 1994, promovido pela SEH e pela IplanRio, e organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ), é divulgado o edital do Concurso Público para Seleção de Propostas Metodológicas e Físico-Espaciais Relativas à Urbanização de Favelas no Município do Rio de Janeiro, dando início ao planejamento dos projetos da 1ª fase do Favela-Bairro.³⁹

Burgos acredita que uma das características do Favela-Bairro é que, talvez por ter sido elaborado com pouca exposição aos atores políticos, sem partidos e sem organizações sociais, o programa saiu quase que em linha reta das pranchetas dos técnicos da prefeitura e dos escritórios de arquitetura para as favelas, abrindo-se apenas à mediação política do prefeito e de seus subprefeitos, e mesmo assim na parte final da seleção das favelas contempladas em sua primeira etapa.⁴⁰

A primeira fase do programa foi concluída em dezembro de 2000, com intervenções de grande porte em 62 comunidades, entre favelas e loteamentos, tendo beneficiado diretamente mais de 250 mil pessoas.⁴¹

Em março de 2000, a prefeitura do Rio aprovou a segunda fase do Favela-Bairro com o BID, o PROAP II. A segunda etapa deu início à urbanização de 89 favelas e 17 loteamentos, com o investimento de mais US\$300 milhões (com a mesma contrapartida de 120 milhões por parte da Prefeitura), sendo que, dessa vez, US\$ 34,5 milhões passaram a ser destinados aos programas sociais, procurando beneficiar aproximadamente 321 mil pessoas.

Após a conclusão das obras, buscou-se manter a interação com a comuni-

dade, através do Posto de Orientação Urbanística e Social (Pouso), que consiste em uma unidade administrativa, em cada comunidade beneficiada, composta por engenheiros, arquitetos, agentes sociais ou agentes comunitários. Até 2008, seu encerramento, junto com o fim do governo de César Maia, o programa Favela-Bairro alcançou 168 favelas e loteamentos no Rio de Janeiro.

Após o Favela-Bairro, estão em curso dois importantes programas, um federal, o Programa Minha Casa Minha Vida, e um municipal, o Morar Carioca. Devido à falta de distanciamento histórico para análise e compilação de dados, esses programas não serão contemplados neste trabalho.

1 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998. Apud José Augusto de Mattos Pimenta. Para a remodelação do Rio de Janeiro. Discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rotary Club, 1926.

2 Maurício de Abreu. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO; Zahar, 1987.

3 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998. Apud Alfred Agache. Cidade do Rio de Janeiro: extensão — remodelação — embelezamento. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

4 Maurício de Abreu. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO; Zahar, 1987.

5 Licia Valladares. Artigo: A gênese das favelas cariocas. 1998.

6 Serviço de Alimentação da Previdência Social.

7 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

8 Maria Lais Pereira da Silva. Favelas Cariocas 1930-1964. Contraponto, 2005.

9 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

10 Idem Apud Lima, 1989:79 e segs.

11 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas

nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

12 Idem

13 Idem

14 Maria Lais Pereira da Silva. Favelas Cariocas 1930-1964. Contraponto, 2005.

15 Mário Brum. Cidade Alta - História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Ponteio,2012.

16 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

17 Mário Brum. Cidade Alta - História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Ponteio,2012.

18 Idem

19 Idem

20 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

21 Idem

22 Mário Brum. Cidade Alta - História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Ponteio,2012.

23 Idem

24 Idem

25 Idem

26 Idem

27 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

28 Mário Brum. Cidade Alta - História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Ponteio,2012.

29 Idem

30 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas

nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

31 Idem

32 Idem

33 Lu Petersen. Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

34 Marcelo Baumann Burgos. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

35 Idem

36 Idem

37 Lu Petersen. Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

38 Idem

39 Luís Régis Coli Silva Junior. O Programa Favela-Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tese de mestrado em Planejamento Urbano, COPPE/UFRJ, 2006.

40 Idem

41 Idem Apud Prefeitura do Rio, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003.

Parte II

Comunidades cariocas e seus atuais processos de remoção

Com os megaeventos que serão realizados no Rio de Janeiro, já foram, estão sendo e irão ser realizadas remoções de comunidades de diversos lugares da cidade, mas de forma mais intensa em locais de alta valorização imobiliária, como a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes.

De acordo com o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos, produzido pelo Comitê Popular Rio para Copa e Olimpíadas, estima-se que serão removidas aproximadamente 30 mil pessoas com as obras para construção de equipamentos esportivos, mobilidade e reestruturação urbana.

Segundo relatos dos moradores, as principais queixas do processo são: falta de informação relativa ao projeto da remoção, falta de participação durante o desenvolvimento das remoções, o oferecimento de alternativas desinteressantes para as famílias e truculência policial no ato da remoção.

Outra grande reclamação é o reassentamento realizado em Programas do Minha Casa Minha Vida. Para os moradores, o programa tem o objetivo de oferecer facilidades para a compra de um imóvel, e não de reassentar comunidades removidas. Já o ex-secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, fala com orgulho da implementação do programa. “A prefeitura na minha administração foi campeã nacional do MCMV, foram 60 mil unidades contratadas junto a Caixa Econômica Federal”. Para ele, as famílias irão ter um apartamento com um valor de mercado enorme, com toda a documentação, e para isso terão que morar ali por um “período mínimo de vida”, de 120 meses, ou seja, dez anos.

Este trabalho retrata os processos de remoção de três comunidades cariocas: a Restinga, no Recreio dos Bandeirantes, a Metrô-Mangureira, na Mangureira - ambas removidas - e a Vila Autódromo, na Barra da Tijuca, ameaçada de remoção.

Restinga



Francisca, ex-moradora da Restinga, em sua atual casa na Comunidade do Fontela

Francisca Melo, 45 anos, me recebeu na comunidade do Fontela, em Vargem Pequena, onde está morando agora. Subi por uma escada estreita e cheguei ao segundo andar. A cozinha é dividida com uma cama de solteiro, onde dorme o filho. No cômodo ao lado fica o seu quarto, que tem uma cama de casal, uma mesa de plástico redonda, para as refeições, e uma pequena varanda. Antes de sentarmos na cama para a entrevista, Francisca perguntou se eu já tinha almoçado, se não estava com fome, e insisti em “passar um bifeinho” para mim. Agradei e disse que já tinha comido, o que não era verdade.

Com um olhar triste, me contou sobre a remoção. Quando perguntei o que ela considerava como a principal mudança em sua vida, ficou introspectiva, refletindo, e acabou chorando. Peguei um copo de água que estava na mesinha. Antes de ir embora, dessa vez ela insistiu com pelo menos um lanche. Só se

deu por satisfeita quando aceitei uma goiaba. Ela me levou ao ponto e ficou esperando o ônibus comigo.

Cenas de horror

Cinco microônibus da Guarda Municipal, três microônibus da Polícia Militar, aproximadamente seis viaturas da Polícia Civil, além do Batalhão de Choque. O cenário descrito sugere o início de algum tipo de combate ou cenas de ação policial a que estamos acostumados a assistir na televisão. Mas essa descrição se refere ao dia 17 de dezembro de 2010, dia da remoção de famílias da comunidade da Restinga, localizada no Recreio dos Bandeirantes.

Ao ver a retroescavadeira em frente a sua casa, Francisca decidiu se segurar a uma corrente no portão, onde ficou das 11 às 16 horas. “Sem pensamento, a única coisa que veio na minha cabeça era ficar lá dentro [da casa]. Mas aí quando eu cheguei em frente, de imediato me veio o pensamento de ficar agarrada em uma corrente no portão. E lá eu fiquei, no desespero, imaginando, perguntando a Deus o porquê de agir daquela maneira...”

Cearense, Francisca veio para o Rio de Janeiro em 1987 em busca de melhores condições de vida. Em 1998, já com filhos, comprou uma laje do primo do marido na Restinga. Anexada a essa casa, Francisca comprou uma marcenaria e, sobre ela, construiu um casa de dois quartos para ela, o marido, e o filho. A casa comprada inicialmente ficou para a filha recém-casada.

A primeira vez que Francisca soube da possibilidade de remoção foi através de agentes da prefeitura, que foram à comunidade oferecer aluguel social e cesta básica. “Eu questionei com a menina da Prefeitura que com a marcenaria eu tinha construído emprego para nossa família toda, e ainda estava empregando mais duas pessoas, e no entanto eles, ao invés de ajudar, oferecer um pouco de progresso para a gente, eles estavam querendo tirar e fazer com que a gente voltasse para trás”. Depois, foram oferecidas mais duas alternativas para os moradores, uma casa no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em

Campo Grande ou indenização pela benfeitoria da casa.

Já Michel Souza dos Santos, 30, também ex-morador da Restinga, soube pela primeira vez da remoção através da imprensa. Segundo ele, a notícia da remoção saiu em diversos veículos, O Globo, Extra, O Dia, mesmo antes que eles fossem informados oficialmente pela Prefeitura.



Foto por Renato Consentino

Michel, ex-morador da Restinga, na mecânica onde trabalha

Segundo Michel, em maio de 2010 a comunidade passou a receber funcionários da Prefeitura que iam anunciar a remoção da comunidade. “Mas nós não aceitamos, reclamamos, fomos procurar a Defensoria Pública. A Prefeitura dizia pra gente que a gente não tinha direito a nada, mesmo quem tinha documento, mesmo até quem pagava IPTU, eles diziam que não valia nada, que a gente tinha que sair e acabou o assunto”.

Michel morava desde 1999 na Restinga, onde tinha uma unidade mista, metade casa e metade oficina mecânica. Segundo o morador, nas primeiras

idas da Prefeitura à comunidade, dizia-se que moradias e comércios seriam ressarcidos, mas depois ficou decidido que os 32 comerciantes da região não seriam indenizados.

“O prefeito disse que ninguém ali ia perder o patrimônio sem receber o que era devido pela lei. Só que depois ele mudou o discurso e disse que a gente [os comerciantes] não tinha direito a nada e não deu nada. E aos moradores ele disse que ia fazer o favor de inscrever as pessoas no MCMV”, conta o ex-morador.

Segundo Michel, quando o prefeito Eduardo Paes, na inauguração das obras do túnel da Grota, afirmou que todos seriam indenizados, ele também disse que, para isso, os moradores teriam que deixar a prefeitura entrar nas casas e nos comércios para fazer os cadastros. De acordo com o ex-morador, a prefeitura foi à comunidade, mediu, tirou foto das lojas e pedia a documentação das pessoas. “Aí a gente perguntava, mas esse cadastro é pra quê? Respon- diam que era para o Bolsa-Família, para o Vale-Educação, para não sei o que mais. Depois a gente viu não era nada disso, era para essa casa do MCMV. E os comércios eles pegaram, mediram, tiraram foto, mas não deram nada”.

Algumas famílias chegaram a ir para a casa oferecida em Campo Grande e, de acordo com Michel, algumas estavam em território dominado por milicianos. Alguns moradores que ainda trabalhavam no Recreio, ao voltarem à noite para a nova casa em Campo Grande, encontravam pessoas em seu apartamen- to e eram expulsas de lá.

Alexandre Mendes era defensor público na época e atendeu à comunidade da Restinga, assim como outras da região, pelo Núcleo de Terras e Habitação. A defensoria é uma instituição criada para realizar gratuitamente a defesa ju- dicial e extrajudicial da população pobre. De acordo com o advogado, os mo- radores chegaram à defensoria com informações bem precárias, que vinham de ameaças verbais da Prefeitura, sem nada registrado. Em seguida, passaram a ocorrer algumas reuniões. “Depois [das ameaças verbais] teve uma reunião na subprefeitura, com o subprefeito que é muito criticado pela truculência que

é o Thiago Mohamed... depois eu participei de outra reunião na Secretaria de Habitação com o Bittar, o Pierre Batista [atual secretário de Habitação], e eles disseram que iam resolver tudo, que não ia ficar nenhum problema”.

A falta de informação não só em relação aos moradores – critérios de inde- nização, situação fundiária de cada um – como também em relação ao projeto da Prefeitura para a área que seria removida, fizeram com que a Defensoria Pública entrasse com uma ação civil pública, baseada no argumento da “gestão democrática da cidade”, presente no Estatuto das Cidades. A ação requeria o projeto da prefeitura para a região.

Segundo o advogado, a justificativa da prefeitura era sempre a mesma, de que a comunidade estava em área pública, e que qualquer tipo de edificação, sendo para casa ou comércio, era irregular. Alexandre conta que a prefeitura chamava a indenização para as moradias de “assistência social”, já que a posse do morador não era reconhecida pelo órgão.

Alexandre afirma que a ação não fez com que a prefeitura mostrasse os projetos. “O que a gente conseguiu da prefeitura foi essa falsidade que foi a estação BRT, que ficaria na Vila Harmonia, mas você pode ir lá até hoje que não tem estação nenhuma... na Restinga você tem a pista para carro e o BRT fica no canteiro da central”. A área da Restinga que foi removida foi usada para duplicar a Avenida das Américas, e hoje há uma pista para três carros.



Comunidade da Restinga deu lugar a pista para carros

O dia da remoção

A ação teve vários reveses. A Defensoria conseguiu, ao mesmo tempo, liminares que impediam as demolições na Restinga, Vila Recreio II e Vila Harmonia, todas no Recreio dos Bandeirantes. Com isso, as obras da Transoeste ficaram paradas por um mês, em novembro de 2010. “Aí o prefeito fez um trabalho muito forte no tribunal. Foi caindo uma liminar atrás da outra, e já foram direto demolir a comunidade”, conta Alexandre.

Francisca disse acompanhava a situação jurídica da Restinga, e que sabia o que iria acontecer no dia 17 de dezembro. No dia 16, às 22 horas, viu na internet que a liminar tinha caído e nem dormiu aquela noite, já se preparando para o que estava por vir. “No dia seguinte, por volta de 10, 11 horas, eles chegaram com toda a força”.

Sem aviso prévio, os homens da Prefeitura chegaram às 10 da manhã de uma sexta-feira para realizar a remoção das famílias e a demolição das casas. Francisca conta que os moradores haviam combinado que, se isso acontecesse, eles iriam trancar todas as portas e ficar dentro de suas casas. “Mas quando eu estava na minha casa, minha vizinha me ligou pedindo socorro porque ela achava que iam quebrar portão, iam derrubar a casa com eles lá dentro”. Foi após esse momento que Francisca decidiu se agarrar às correntes do portão.

A moradora chama o dia da remoção de catástrofe, e Michel, de pesadelo. Segundo ele, quem se negava a sair era ameaçado de prisão. Foram detidas cinco ou seis pessoas, e quando terminavam de demolir a casa, os agentes da prefeitura ligavam para a delegacia, solicitando a soltura do morador. “A pessoa dizia, ‘ué, não tô preso?’. A delegada respondia que ‘não, tem ninguém preso aqui não, pode ir embora’”, relata Michel. Segundo ele, em apenas um dia derrubaram 70 residências e 30 estabelecimentos comerciais.

Alexandre Mendes conta que ao saber das demolições, a Defensoria entrou com um pedido de liminar no plantão do Tribunal, mas os defensores chegaram tarde. “Quando a gente chega lá com a decisão era uma e meia da manhã,

a remoção acontecendo, demolindo casa, uma situação horrível. De madrugada. Pelas recomendações da ONU, é até as seis, e até mesmo pelo horário forense daqui é até as seis da tarde que isso pode acontecer. É inadmissível um processo de reassentamento acontecer de madrugada, ainda mais sem alternativa, porque a Secretaria Municipal de Habitação não tinha entregue os cheques ainda. E era uma sexta-feira”.

Parte dos moradores recebeu os cheques com as indenizações no mínimo três dias depois, na segunda-feira, outros foram para a casa do MCMV, e outros ficaram sem nenhuma compensação. Francisca recebeu R\$13.860. Para ela, esse dinheiro é muito pouco para uma família de três pessoas dar continuidade à vida. Já Michel não recebeu nada e entrou com um processo contra a Prefeitura, que corre até hoje.

“Derrubaram tudo e eu tive que procurar outra loja pra alugar. A loja era minha, própria, e agora eu trabalho pagando aluguel”, conta Michel. Como já tinha clientela na oficina mecânica, ele alugou uma loja perto da antiga, também no Recreio. Já para morar, alugou uma casa em Pilares, na Zona Norte da cidade. Michel reclama que antes podia dormir de porta aberta, e agora escuta tiroteio à noite.

Francisca conta que no dia da remoção ficou em estado de choque, e chorou um dia inteiro. Ela ficou temporariamente na casa de uma irmã em Campo Grande, mas depois alugou uma casa na Comunidade do Fontela, em Vargem Pequena, onde está até hoje. “A minha maior dor é que por um tempo a minha filha teve que parar a faculdade de fisioterapia, já que passamos a pagar aluguel. Agora graças a Deus ela conseguiu continuar pelo Fies”.

“O pior caso que eu tive, com certeza, que eu acompanhei, foi o da Restinga, foi definitivamente a comunidade que mais sofreu nesse processo”, observa Alexandre Mendes.



Casa demolida na Favela do Metrô, com os escombros abandonados pela prefeitura

A comunidade do Metrô-Mangueira tinha 33 anos, o tempo de vida do metrô. Os operários que há 30 anos ajudaram na construção da estação fizeram suas casas no entorno. A população foi crescendo, e em 2010 havia aproximadamente 700 famílias. Ao andar lá hoje, o que se vê são ruas e becos aparentemente abandonados, cheios de lixo, com esgoto a céu aberto, e casas demolidas, algumas parcial e outras totalmente. Misturados ao entulho estão roupas, eletrodomésticos, tênis, cômodas e até sofás.

Eu nunca tinha ido à região. A favela – ou o que restou dela – fica a 500 metros do estádio do Maracanã, e em frente ao morro da Mangueira. Na Central do Brasil peguei um trem para a estação Mangueira, onde tinha combinado com Francicleide da Costa Souza, 44, a Franci, presidente da Associação de Moradores desde novembro de 2010. Havia duas saídas, uma caía dentro de

uma favela, e a outra em uma rua. Sem saber que caminho tomar, optei por esta, que dava para um galpão abandonado. A rua estava deserta. Depois de algumas tentativas, consegui finalmente contato com minha fonte: claro, eu tinha ido pelo caminho errado.

A favela que estava na outra saída era justamente a Metrô-Mangueira. Quando descia a escada da estação, uma mulher morena, baixinha e de cabelos curtos acenou para mim. Simpática, Franci me levou até a associação de moradores. No caminho, me chamou a atenção uma montanha de lixo, e ela disse que a cada dia precisava insistir com a Comlurb para limpar o local.

Sentei em uma cadeira em frente a ela e, antes que perguntasse alguma coisa, Franci começou a contar a história da remoção da comunidade. Vez ou outra sentia cair uma lasca do teto, mas ela me tranquilizou e disse para eu não me incomodar porque era assim mesmo, “o teto estava caindo”. Após a entrevista, Franci me levou para conhecer o que tinha restado da comunidade. Com casas e ruas vazias, a impressão era de um bairro fantasma. Após a visita, perguntei sobre Eomar, um homem de quem tinha lido um depoimento em uma reportagem. Ela me apontou a localização.

Eu estava com uma máquina fotográfica simples, e Franci me alertou para que a guardasse no caminho até o bar, já que a região está com muitos usuários de crack. Segui pela margem da Rua São Francisco Xavier, região de borracharias e lojas de peças para carros e motos. Depois de perguntar apenas uma vez, encontrei o pequeno bar onde trabalha Eomar. Ele concordou em me dar entrevista, mesmo estando no seu horário de trabalho e, sem sorrisos, mas com uma ironia algo amarga, me contou a sua história, enquanto atendia aos clientes.



Escombros de uma casa demolida no Metrô-Mangueira misturados aos pertences dos moradores

A certeza da remoção

Franci disse que, com o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, já sabia que sua comunidade teria que ser removida. “Lutei muito para tentar que a Prefeitura não removesse a comunidade do Metrô Mangueira. Fui a Brasília falar com ministros, fui a São Paulo, fui aonde eu sabia que poderia ter uma chance. Só que de cara, lá em Brasília, o ministro da Reforma Agrária na época falou que a gente tinha tudo contra. Uma das coisas contra era que os três poderes estavam juntos, o municipal, o estadual e o federal”.

No dia 22 de julho de 2010, Franci, como gosta de ser chamada, estava no trabalho, uma clínica em Copacabana, e recebeu uma ligação da filha dizendo que algo em torno de dez carros da Prefeitura com assistentes sociais e agentes da Defesa Civil estavam no Metrô-Mangueira dando laudos de interdição nas

casas, que supostamente estavam em área de risco. “Eu não quis assinar o laudo de interdição. Eu falei, como vou assinar que a minha casa está caindo, se a minha casa não está caindo? E a moça falou para mim que se eu não assinasse eu ia ser a única que não ia ter direito a nada aqui”, denuncia Franci. Nesse dia, as casas foram pichadas e marcadas.

Eomar Freitas exhibe o auto de interdição de sua casa, que dizia: “Por ter sido constatada a existência de indícios de ameaça à integridade física de pessoas e bens, lavrei o presente Auto de Interdição do imóvel”. Eomar questionou qual seria essa ameaça à integridade física de pessoas e bens. “A área de risco que eles alegaram era que nós estávamos ao lado da linha do trem e um trem podia descarrilar e pegar nossas casas. Então vai ter que desapropriar o Rio de Janeiro quase todo beirando a malha ferroviária”.

via branca - interdição / via amarela - S.O. / via verde - arquivo

RIO PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil
Subsecretaria de Defesa Civil

DEFESA CIVIL
RIO DE JANEIRO

SMH-99

AUTO DE INTERDIÇÃO: 14314 / 2010

Nos termos do artigo 8º e 10º da Lei nº 1.574 de 11 de dezembro de 1967 e do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 26.966, de 31 de agosto de 2006, e, por ter sido constatada a existência de indícios de ameaça à integridade física de pessoas e bens, lavrei o presente **AUTO DE INTERDIÇÃO** do (a)

IMÓVEL

DEFESA CIVIL

Sito na METRÔ MANGUEIRA 764-0/21

O advogado Alexandre Mendes, que na época atendeu a comunidade pela Defensoria Pública, conta que, ao ser procurado, os principais questionamentos dos moradores eram sobre o reassentamento no MCMV em Cosmos, que fica a 60km de distância da comunidade, o acesso ao projeto da Prefeitura para

a região e o auto de interdição.

“Incrivelmente”, diz Alexandre, “quando analisei eu vi que os autos eram quase todos iguais, a avaliação de cada imóvel era tipo ‘essa casa aqui estava interdita por tal motivo’, que era apenas um parágrafo que eles copiaram e colaram, ‘porque usava gás X, ou porque o padrão construtivo’ era não sei o que lá. Então, isso era um argumento muito frágil, de um parágrafo, igual para todas as casas, variando um pouco de uma para outra só. Isso despertou logo o nosso espanto: você vai interditar centenas de casas com o mesmo laudo?” O advogado conta ainda que os moradores diziam que nenhuma vistoria havia sido feita antes da entrega do laudo.

Duas semanas após as interdições, houve uma reunião com o então presidente da associação de moradores. “Foi então que nós pressionamos o presidente da associação, e ele trouxe o subprefeito André Santos, da Zona Oeste, e ele falou, tanto ele como o Chiquinho da Mangueira [deputado estadual], falaram que a gente não tinha direito a nada, que tínhamos três opções, uma casa em Cosmos, a 60 km daqui, abrigo ou rua. Quando esse homem falou isso, era gente passando mal, era gente desmaiando, foi uma coisa de louco aqui”, diz Franci. Em 2011, Franci foi escolhida para presidir a associação e está há mais de dois anos.

Em uma reunião com Jorge Bittar, então Secretário de Habitação, Franci pediu um tratamento diferente para os moradores. “Eu falei que ele, como uma pessoa que já foi militante de lutas contra o governo, pedisse à Prefeitura para ter mais humanidade, porque eles chegam de uma forma muito violenta, muito brusca, muito grosseira, achando que a gente não tem direito a nada. Trata você como se você um lixo”.

Em 2010, cem famílias foram para a casa oferecida em Cosmos. Os vizinhos tanto do lado direito quanto do lado esquerdo da casa de Eomar foram para lá e tiveram as suas casas demolidas. A única que sobrou, no meio dos escombros, foi a dele. Eomar diz que os moradores que aceitaram essa mudança eram idosos e ficaram com medo de não ter alternativa.



Rua do Metrô-Mangueira

Vida entre escombros

Após as primeiras saídas de moradores, as antigas casas ou escombros de casas passaram a ser invadidas por usuários de crack, o que, segundo os moradores, não existia antes na comunidade. Além disso, passaram a ocorrer assaltos e furtos nas casas de moradores que ainda moravam no Metrô-Mangueira, nos momentos em que estavam fora de casa.



Eomar, no bar onde trabalha, no Metrô-Mangueira

Atrás do balcão do bar onde trabalha, o cearense Eomar Freitas, 36, conta, firme, a sua história. Depois de morar 18 anos no Metrô-Mangueira e investir em uma casa que chegou a quatro andares e onde morava ele, a esposa, a mãe, o irmão, a irmã e o sobrinho, Eomar viu a sua vida desabar. Em todos os sentidos. De 2010 a 2012, perdeu o emprego de carteira assinada em uma lanchonete, a mulher e a casa.

“Se você conseguir entrar em alguma casa que ainda está de pé, vai ver o

odor de merda que tem, e a gente tinha de almoçar, a gente tinha de jantar, a gente tinha de conviver com esse cheiro”, conta Eomar. “Não tem aquele famoso ditado ‘sexo, drogas e rock’n roll’? Aqui tinha sexo e drogas, só não tinha o rock’n roll. A nossa vida aqui, por dois anos, nós não tivemos vida”.

A casa de Eomar foi assaltada oito vezes. Ele registrou boletim de ocorrência nas três primeiras vezes, mas nenhuma providência foi tomada. “Eu trabalhando aqui [no bar], quando eu saí, às três horas da tarde e cheguei na minha casa... ar condicionado e dois ventiladores roubados. Você sabe quantas vezes a polícia veio aqui? Nenhuma, depois de três boletins de ocorrência”. Com a sucessão de assaltos, Eomar não queria mais ficar longe da sua casa por muito tempo e, por isso, acabou perdendo o emprego em uma lanchonete, que era longe. Sua esposa queria deixar a comunidade. Já Eomar queria lutar para continuar. O desentendimento ajudou a acabar com o casamento.

“Olha, aqui era um inferno tão grande, eu digo que aqui era a Líbia brasileira. Você tava removendo suas coisas e tinha cracudo querendo invadir para pegar fios elétricos, portas de alumínio. Até os vasos sanitários eles estavam roubando. Não podia dar as costas”, diz Eomar.

Em apenas uma reunião que teve com o prefeito Eduardo Paes, em novembro de 2010, Franci pediu que ele reurbanizasse a comunidade. “Eu disse que dava o direito a ele de entrar em nossas casas, de fazer o que ele quisesse, e a gente iria ajudar com mutirão, mas que ele não tirasse a comunidade. E aí ele falou ‘nada do que você está me pedindo eu vou fazer, eu quero aquela área limpa’”

Casa para quem já tinha casa

De acordo com Franci, com a resistência dos outros moradores em irem para Cosmos, dois prédios que estavam em construção da Caixa Econômica foram negociados pela prefeitura e destinados ao reassentamento dos moradores, no Programa Minha Casa Minha Vida. Os edifícios foram chamados de

Mangueira I e Mangueira II, e estão localizados na Rua Visconde de Niterói, uma rua após o Metrô-Mangueira. Cada prédio tem 248 apartamentos.

“A gente conseguiu que as pessoas não se mudassem mais para Cosmos, e como aqui [O Mangueira I e II] é uma rua após a nossa comunidade, nós somos uma das comunidades entre aspas até privilegiadas por isso”, conta Franci. Segundo ela, em fevereiro de 2011, o subprefeito André Santos disse que haveria o sorteio para a ida para o Mangueira I, que ficou pronto antes do II.

Tanto para Eomar quanto para Franci, um erro da Prefeitura foi colocá-los em programas do MCMV. “É uma coisa muito errada: nós não somos do programa MCMV. Porque eu tinha minha casa. Se eles trocaram a minha casa por outra casa, acredito que seja reassentamento, não MCMV. Esse é quando você compra e recebe os benefícios do governo federal. Acredito eu, que sou analfabeto”, explica Eomar.

Os que ainda estavam na comunidade, além da insegurança, do mau cheiro e dos escombros, ainda tinham que lidar com o corte de alguns serviços da prefeitura. “A Cedae vinha aí e estourava os canos, a gente fazia um mutirão e religava. A Light vinha aí e cortava a energia, a gente ia lá e religava”, diz o morador.

A ida de 248 famílias para o Mangueira I ocorreu em fevereiro de 2011. O segundo sorteio, para o Mangueira II, aconteceu apenas em dezembro de 2012. Eomar se mudou no último 15 de dezembro de 2012 para o novo apartamento. As 60 famílias restantes na comunidade foram selecionadas na triagem do Programa Morar Carioca e estão aguardando apenas questões burocráticas para a mudança.

“Olha, a sensação é frustrante. Porque você rala pra conseguir e vem o senhor prefeito com a ordem dele, porque ele é o cabeça de tudo, e manda demolir um trabalho de 18 anos”, desabafa Eomar. Franci também relata com tristeza a remoção. “O processo de demolição é muito traumatizante. Você chegava perto dele [do subprefeito] e falava, eu quero ir para o Mangueira I, ele falava ‘então leva tuas coisas que já vou começar a quebrar’, e aí independente

de ter alguém morando, começava o quebra-quebra. Na época começaram os saques de cracudos... então esse processo todo mexe muito com o psicológico de todo mundo”.

Os apartamentos no Mangueira I e II passaram a receber móveis da Prefeitura. De acordo com Eomar, a cada semana chega algum item. Já foram doados uma geladeira, dois colchonetes de solteiro, um fogão e uma cama de casal. Para ele, isso não seria necessário se os móveis que ele já possuía não tivessem estragado, já que ficaram mais de um ano desmontados esperando a mudança para o residencial.

Para o advogado Alexandre, a resistência dos moradores gerou alguns resultados favoráveis, como a conquista dos apartamentos no Mangueira I e II. Além disso, eles tiveram acesso ao projeto da Prefeitura. “A gente descobriu enfim qual era o projeto, que não tinha nenhuma relação com remoção de área de risco, era de urbanização, não lembro especificamente o que tinha, mas o Bittar reconheceu ser um projeto relacionado à urbanização do entorno do Maracanã”.

Vila Autódromo



Em um domingo à tarde na Vila Autódromo, veem-se crianças brincando na rua, senhoras em cadeiras na calçada conversando, galinhas correndo e o som alto de um sertanejo. São comuns as casas com comércio na frente, bares, mercadinhos, salões de beleza.

Foi num desses domingos que marquei com Altair Guimarães, presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (Ampava). Aguardei em frente à sede da entidade. Como ele não chegava, tentei saber onde morava. Perguntei a uma morena grávida: era seu pai e ficou esperando comigo. Sentei em um convidativo banquinho com uma mesinha na rua, em frente à casa dele. Ela se apoiou na mesa também. Iria ter o filho na semana seguinte, era o segundo.

Um morador se aproxima e se reúne a nós. Outro passa empurrando a moto, que tinha enguiçado, e foi caçoado pelos dois. Uma criança cruza o caminho, veloz, na sua bicicleta. Um rapaz a serviço da Oi vai de casa em casa oferecer serviço de telefonia fixa. A filha de Altair solicita o serviço e pede tudo no nome do marido, mas na parte da data de nascimento esquece o aniversário dele.

Altair não chegava e eu não podia esperar mais, mas não considerei o tempo perdido. No período em que fiquei sentada pude sentir um pouco o clima e a dinâmica da comunidade, que me lembrou uma cidade do interior.

Marquei novamente para o sábado seguinte. Quando o encontrei em frente à Associação de Moradores, ele disse que veio correndo do hospital, que a filha tinha tido o bebê. Entramos na associação, sentamo-nos à mesa frente a frente e ele me contou sobre a possibilidade de passar pela terceira remoção. Quando acabamos, perguntei se poderia fotografar a comunidade. Ele confirmou. Atrás da associação fica um campinho de futebol, onde estava acontecendo uma partida de crianças. Comecei a fotografá-los, e por algum tempo os meninos preferiram fazer poses para a câmera do que jogar.

Aos 14 anos, Altair ia a pé de sua casa para a praia do Leblon. Morava na Ilha dos Caiçaras, na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, até que um dia soube

que sua comunidade seria removida. “Não tinha aquele viaduto ainda, aquela ponte sobre o mar. Quando subi aquela estrada do Joá, lá em cima eu fiquei imaginando para onde eu estaria indo subindo aquele morro todo e descendo... Aí descemos aquilo ali sem entender nada e fui parar na Cidade de Deus”.

Dos 14 aos 40, Altair cresceu, se casou, teve três filhas e construiu a vida na Cidade de Deus. Até que, pela segunda vez, teve que sair de casa. Uma faixa da Linha Amarela passava em um trecho da comunidade onde ele morava e, com isso, algumas casas foram removidas, inclusive a sua. Dessa vez, foi por escolha própria para a Vila Autódromo, na Barra da Tijuca, onde mora há 18 anos. Agora, corre o risco de passar por mais uma remoção.

Altair foi operário na construção civil durante muitos anos. Hoje, diz que deixou as obras por ser uma atividade muito desgastante para sua idade. Ainda assim, trabalha durante a madrugada entregando jornal, e às 8h30 vai para a Cidade de Deus, onde trabalha no Sistema Nacional de Emprego (Sine), posto municipal que emite carteira de trabalho e seguro-desemprego, entre outros documentos para o trabalhador.



Crianças da Vila Autódromo fazem pose antes do futebol de domingo

Uma longa história de resistência

Dona Inalva Mendes é uma senhora de 67 anos que aparenta muito menos. Já a conhecia do Comitê Popular Rio e ela me recebeu gentilmente em sua casa. Ampla, com dois andares e um quintal que dá para a Lagoa de Jacarepaguá, a casa tem móveis antigos, e, na estante, livros de Isabel Allende e George Orwell. Ela conta que sua família tem uma tradição de luta desde a ditadura, época em que teve um irmão exilado e a família toda perseguida. Como está há 35 anos na comunidade, pôde contar com detalhes sobre a resistência de 20 anos da Vila Autódromo.

Inalva diz que há uma relação de autossustentabilidade no local, já que muitas casas são desdobramentos de oficinas e ateliês. A ocupação começou no final dos anos 70, com uma colônia de pescadores. Em 1989, a comunidade recebeu a população oriunda do reassentamento da comunidade Cardoso Fontes, que ficava em Jacarepaguá. Atualmente, há cerca de 500 famílias no local.

De acordo com Inalva, foi em 1987 que a Vila Autódromo criou sua associação de moradores. “A comunidade se organizou em 87, no calor das discussões da nova Constituição de 88. No entorno da lagoa já tinham várias comunidades de pescadores que foram expulsas durante a ditadura, pós-ditadura, e atualmente o processo continua. Foram expulsas para dar lugar a condomínios de grandes empresas”. Segundo a moradora, a comunidade já recebeu sete justificativas para a sua remoção.

A primeira foi em 1993, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro entrou com um processo contra a Vila Autódromo por dano ao ambiente natural, urbano, estético e visual. A Ação Civil Pública foi assinada pelo então procurador do Município, Eduardo Paes, atual prefeito. Apenas em 2010, uma juíza deu em 1ª instância a posse para a Prefeitura da área de Faixa Marginal de Proteção, onde ficam as casas na beira da lagoa, e que representam apenas 5% da comunidade. A Defensoria Pública recorreu em 2ª instância e o processo corre até hoje.

Em 1994, no último ano do segundo governo de Leonel Brizola, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários (Sehaf) do Rio de Janeiro deu a algumas famílias a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), no Programa Cada Família, um Lote. Em 1997, já na administração de Marcello Alencar, mais famílias receberam a concessão do Governo de Estado, que é válida por 99 anos, renováveis.

“Nossa comunidade é um loteamento popular com 350 lotes, com planta, com numeração, os lotes foram demarcados pelos moradores junto com a Sehaf, a terra era do Estado. A primeira regularização fundiária foi dada em 94. E a segunda em 97. O processo foi lento, mas foi participativo, feito com os moradores. Nós temos 350 lotes, os lotes são todos grandes. Só dois tem 60m². Os lotes em geral são de 150, 200 m², que é o padrão de loteamento da Sehaf, de 250 m²”, explica Inalva.

O segundo motivo para a remoção ocorreu em março de 1996, após as intensas chuvas de fevereiro, quando a Prefeitura alegou que a região estava em área de risco. O argumento foi novamente apresentado por Eduardo Paes, então subprefeito da Zona Oeste I (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá e bairros próximos). “Não conseguiram comprovar porque a gente falou que se aqui era área de risco tinha que remover a gente, mas tinha que remover todo mundo, Autódromo, Riocentro, os condomínios...”, argumenta Inalva.

O terceiro foi em 2005, quando o então secretário dos Jogos Pan-Americanos, Ruy Cesar, disse que precisaria da área para a construção de equipamentos esportivos para o evento, em 2007. A resistência da comunidade garantiu a permanência no local, e os Jogos foram realizados sem que nenhuma casa fosse derrubada.

O quarto argumento para a remoção, ainda segundo Inalva, foi apresentado em 2009. A Prefeitura alegava necessitar da área para a instalação do Centro de Mídia da Copa de 2014. Mais uma vez questionado, esse motivo foi abandonado.

Ainda assim, o atual prefeito e o ex-secretário de Habitação Jorge Bittar argumentaram que a remoção da comunidade era uma exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI), e que a Vila Autódromo estava no perímetro de segurança dos Jogos Olímpicos do Rio, que se realizam em 2016. “Mentira, balela”, contesta Altair. “O prefeito quer nos tirar daqui porque no primeiro mandato ele negociou a saída da comunidade com os empresários que encamparam a campanha dele. Porque o que vai acontecer por trás desses muros após os jogos, vão construir prédios e casas para a classe média alta”. E completa: “Aqui é uma comunidade pacífica, sem tráfico, sem paramilitar, sem nada. Você entra aqui qualquer hora do dia e da noite e só vai ser é mordida pelo pernilongo, que tem muito”.

A Defensoria Pública fez uma notificação e enviou ao presidente do COI, Jacques Rogge, explicando que a Vila Autódromo era uma comunidade pacífica e não ameaçaria a segurança dos Jogos. Alexandre Mendes, então defensor público, conta que a Defensoria tomou essa iniciativa porque no Brasil havia um consenso muito forte, institucionalmente, a favor da remoção. A cópia da notificação foi entregue para mais de 20 organizações diferentes, como a ONU, o Ministério das Cidades, da Justiça e a Presidência da República. Para o advogado, ela foi bem sucedida, já que houve uma resposta do Comitê Olímpico, que notificou o governo do Estado.

Porém, em seguida, o Núcleo de Terras da Defensoria Pública, que tinha cinco defensores, 25 estagiários e apoio do defensor chefe, começou a sofrer alguns reveses. Meses após a notificação, foi trocado o defensor chefe da defensoria, e o Núcleo de Terras perdeu o apoio que tinha anteriormente. “Agora, a notificação é usada em todos os exemplos do que é uma atuação irresponsável, que o governador queria que a gente resolvesse todos os problemas aqui dentro”, relata Alexandre. Como não havia mais diálogo institucional, Alexandre e mais três defensores deixaram o cargo. No dia seguinte à saída dos profissionais, os estagiários foram demitidos, assim como três secretários administrativos.

Em outubro de 2011, o então secretário de Habitação, Jorge Bittar, armou uma tenda na entrada da comunidade, apresentou o projeto para a remoção e, mais uma vez, alegou o compromisso brasileiro com o COI para a remoção da Vila Autódromo. O projeto apresentado mostra que a prefeitura irá construir um conjunto habitacional no Recreio dos Bandeirantes, a 1 km da Vila Autódromo, que se chamará Parque Carioca, e os moradores serão incluídos no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Altair disse que participou de uma reunião com Bittar e discordou do reassentamento no Programa MCMV. “Teve um reunião que ele ficou vermelho, porque ele insistia muito em dizer que MCMV era a solução para as nossas vidas, e eu tentava fazer ele entender que o MCMV era a solução para quem está na rua, está de aluguel, o governo federal criou o programa para esse serviço, não foi para desabitatar comunidade que já está consolidada”.

Em março de 2012, a Prefeitura apresentou o sétimo argumento para a remoção. Para realizar a licitação da concessão pública do Parque Olímpico, que cede 75% dos 1,18 milhão de metros quadrados de área pública para a incorporação de condomínios de alta renda, o governo municipal alegou que a Vila Autódromo precisava ser removida não mais por causa do Parque Olímpico, mas para a construção de uma alça viária na Transolímpica. No projeto inicialmente apresentado, essa alça não existia. Algum tempo depois, outro projeto foi apresentado, desta vez com uma alça que passa exatamente em cima da Vila Autódromo. Venceu a licitação o Consórcio Rio Mais, formado pelas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken.

Em novembro de 2012, o prefeito Eduardo Paes apresentou o Parque Olímpico, e a alça viária não existe mais. Após sete argumentos derrubados para a remoção da comunidade, surgiu um oitavo, que é o que vigora até agora. No novo Plano Estrutural do Parque Olímpico, a Vila Autódromo abriga o Centro de Mídia (MPC), estacionamentos e estruturas provisórias da organização dos Jogos.

O Plano Popular de Urbanização

Inalva conta que a Vila Autódromo vem tentando melhorar sua infraestrutura há muitos anos. Na década de 90, a associação de moradores solicitou que os benefícios do Programa Favela-Bairro chegassem à comunidade, mas o pedido não foi atendido. Também houve uma solicitação à Cedae para regularização da instalação do fornecimento de água, também não atendida. “Estamos há 20 anos pedindo a urbanização daqui. Somos um bairro que eles intencionalmente empurraram para favela, porque favela eles podem expulsar”.

Inalva recorda que, em março de 2009, o prefeito Eduardo Paes, em reunião com a Ampava, disse que, caso fosse apresentado algum projeto para a comunidade, este poderia ser uma alternativa à remoção. A associação conseguiu parceria com o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Neplac/Ettern/Ippur/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (Nephu/UFF). Juntos, elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo.

O processo envolveu a realização de trabalhos de campo, oficinas de diagnóstico e propostas e assembleias com a participação dos moradores. A iniciativa está dividida em vários programas: habitacional, saneamento, infraestrutura e meio ambiente, serviços públicos e desenvolvimento cultural e comunitário.

No programa habitacional, o plano prevê, por exemplo, a manutenção dos limites atuais da comunidade, respeitada uma Faixa Marginal de Proteção (FMP) da lagoa e do canal com 15 metros de largura e o reassentamento na própria comunidade dos moradores das casas localizadas na Faixa Marginal de Proteção de 15 metros, em unidades de tamanhos variados, algumas com possibilidade de ampliação.

Na área ambiental, propõe-se, entre outras coisas, a implantação de um

projeto de coleta seletiva de lixo articulado com a comercialização de produtos coletados ou reciclados e a recuperação ambiental da Faixa Marginal de Proteção de 15 metros ao longo de toda a orla, com a criação de parque com vegetação nativa.

O plano também propõe a construção de uma creche, de uma escola municipal e de novas áreas de esporte e lazer. Segundo o Ippur, a proposta alternativa sairia por R\$ 13 milhões, enquanto o projeto do Parque Carioca, oferecido pela Prefeitura, custará R\$ 105 milhões.

Segundo Altair, o projeto foi entregue no dia 16 de agosto de 2012 ao prefeito, que teria prometido uma resposta em 45 dias. Mais de seis meses se passaram e, até agora, nada.

“Eu já tive três reuniões com o prefeito, onde a gente percebe claramente que a intenção dele é de fazer [a remoção], porque eu já usei todos os argumentos possíveis, falando das remoções que eu já passei, falando que eu ajudei essa cidade a crescer, eu ajudei a enriquecer muitos desses caras aí que tá montado já no dinheiro, dono dessas empresas de construção civil. E eu hoje com 58 anos não tenho direito de estar quieto no meu canto morando onde eu estou por causa de alguns empresários que já têm muito e ainda querem ajudar a enriquecer o prefeito também, que tem que dizer que eu tenho que sair daqui. Um cara que faz um mandato de quatro anos, oito no máximo, quer mexer com a história de família de 40 anos aqui. Eu acho que isso tá tudo errado”, protesta Altair.

Entrevista: Carlos Vainer*

Na defesa da Vila Autódromo, a resistência à “cidade de exceção”

“Você quer mesmo me entrevistar?”. A surpresa diante da pergunta foi logo explicada: Carlos Vainer já brigou com muito jornalista, porque eles não se davam ao trabalho de pesquisar sobre o assunto e o entrevistado, e faziam perguntas impertinentes. “Mas não precisa brigar comigo”, brinquei. Com um sorriso de quem já estava mais confortável ele disse que não, não faria isso.

Encontramo-nos na reunião do Comitê Popular Rio, na Cinelândia, e, na saída, fomos a um bar perto, o Escadinha. Vainer pediu apenas uma Coca-Cola. Com a voz pausada, contou sobre o processo de elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, sobre a situação fundiária da comunidade e sobre o seu conceito de cidade de exceção.

Professor de Planejamento Urbano e coordenador do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual da UFRJ, Carlos Vainer conhece bem a história da região. Conta que a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), obtida pelos moradores no fim do último mandato do governador Leonel Brizola, em 1994, não atinge a totalidade dos lotes atuais, porque nem todos existiam então. Com o crescimento das famílias, compras e vendas de lotes, o cadastro fundiário e a construção das ruas se alteraram.

Ainda assim, a Vila Autódromo estaria em uma situação fundiária favorável à sua preservação. Segundo o professor, a região é um espaço público reconhecido pela administração do município e deveria ser alvo dos serviços públicos. “O fato de que a terra não seja asfaltada, de que não tenha esgoto, é um abuso do poder local, que deveria investir ali. As ruas existem, aquilo ali é um logradouro público, não é um investimento irregular. A Prefeitura não investe justamente para tornar a vida deles insustentável. Aquela comunidade teria direito a médico de família, creches e todos os programas federais existentes. Mas, na verdade, a Prefeitura quer caracterizar aquilo como uma área

irregular”.

Vainer enaltece o processo de elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, que significou um grande aprendizado para os dois lados, a comunidade e a academia. “Do nosso lado, aprendemos a nos confrontar com respostas que a gente não tem prontas. A gente também não quis chegar lá como se fosse um planejador mágico com a solução de tudo, que essa é a lógica dos planejamentos dominantes. Planejamento conflitual tem que ser uma experiência de construção de um coletivo que está em conflito, em luta. Ele tem que assumir a condição de sujeito do planejamento e eu a de assessor técnico”.

Por isso o processo de construção do plano é muito desafiador, e tanto a equipe técnica como a comunidade passaram por momentos de desânimo. “A comunidade também oscila. Tem momentos em que ela crê mais, momentos em que ela crê menos. É uma permanente dúvida. Negociar ou resistir? A prefeitura chega aqui e diz, ‘vocês vão sair de qualquer jeito’. Ponha-se nessa situação. Você é uma mãe, chefe de família com três filhos. A prefeitura chega lá e diz, ‘olha, minha filha, não adianta porque já foi decidido. Se você negociar com a gente você vai ganhar um apartamento melhor no reassentamento’. Aí você olha pra comunidade do Arroio Pavuna, que tinha, sei lá, 300 casas, sobraram 35. Vila Harmonia [no Recreio dos Bandeirantes], que foi toda derrubada. Você vai acreditar na força da luta popular ou na força do poder? Qual é a solução pra você? Imagine cada família na sua realidade particular colocada diante da extorsão. Isso é uma coisa dramática”.

Para Carlos Vainer, os megaeventos só são possíveis em uma cidade de exceção. E o que isso significa? É quando há uma violação sistemática, regular e organizada de um conjunto de instrumentos que fazem parte de um Estado de Direito. Por exemplo, é proibido os municípios se endividarem acima de um determinado patamar pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas uma lei federal autoriza os municípios a se endividarem acima do limite se for para construir estádios e obras ligados aos empreendimentos. A situação de exceção é aquela que ganha foro de legalidade, mas que está à margem da lei.

Segundo Vainer, o uso da área vizinha à Vila Autódromo, que é pública, também se configura como exceção. “A lei de 2004, sobre o Sistema Federal de Habitação de Interesse Social, estabelece que áreas públicas não utilizadas devem ser imediatamente consagradas à habitação de interesse social. É uma lei federal. A constituição do estado do Rio de Janeiro tem um artigo que diz a mesma coisa. O que eles estão fazendo com aquelas áreas públicas? Entregando a um consórcio formado pela Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. Para fazer o quê? Um grande empreendimento imobiliário. Isso é uma aberta violação de leis criando uma situação de exceção”. E conclui: “Na verdade, esse novo regime urbano não nasce com os megaeventos, ele é parte de um processo de implantação das concepções neoliberais sobre a cidade que são feitas no sentido de gerar leis de exceção para favorecer o grande capital e o capital incorporador”.

* Coordenador do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (Ippur/UFRJ)

Entrevista: Raquel Rolnik*

“Nas cidades-sede da Copa e das Olimpíadas no Brasil o direito à moradia tem sido violado em praticamente todos os casos de remoção”

A professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, alerta: “Nas cidades-sede da Copa e das Olimpíadas no Brasil **o direito à moradia tem sido violado em praticamente todos os casos de remoção**”. A urbanista também foi Diretora de Planejamento da cidade de São Paulo e Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades entre 2003 e 2007.

Que características concedem a um lugar o título de Moradia Adequada?

Como costumamos defender insistentemente, a moradia adequada não é apenas um teto e quatro paredes. Ela é um componente de garantia a um padrão de vida digno e, por isso, seu conceito vai além da noção do simples abrigo, existindo vários elementos que a definem.

Um dos mais importantes é a segurança da posse, que dá a garantia de que a pessoa ou a família não será ameaçada de ser removida de sua moradia indevida e inesperadamente. Esse é um ponto fundamental, que tem sido violentamente desrespeitado não apenas no Brasil.

Mas existem outros elementos que nos servem de parâmetro para qualificar o que é uma moradia adequada. A localização adequada, a disponibilidade de infraestrutura e serviços básicos, a habitabilidade da construção, o custo acessível, a adequação cultural e a não discriminação de grupos sociais vulneráveis são os outros aspectos que compõem esse direito humano fundamental.

Como a senhora vê o lado humano das desocupações que estão sendo feitas em função da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos?

Pelo que temos acompanhado nas cidades-sede da Copa e das Olimpíadas

no Brasil, o direito à moradia tem sido violado em praticamente todos os casos de remoção. Algumas dessas remoções são mais graves e famílias acabam jogadas nas ruas.

Mesmo nas remoções feitas em um cronograma que ofereça uma alternativa para a família removida antes de ela deixar sua casa, existem problemas. Existem casos em que as pessoas são realocadas em conjuntos habitacionais muito distantes do local de origem das famílias removidas, de seus empregos, das oportunidades de renda e dos equipamentos e serviços que estão habituados a utilizar.

Quando a família não possui uma titulação legal de posse da moradia, ela fica totalmente desamparada após a remoção. E mesmo quando se paga indenização ou uma bolsa-aluguel, os valores são insuficientes para custear uma nova moradia equivalente.

Nas três comunidades que estou pesquisando no Rio de Janeiro – Restinga, Favela do Metrô e Vila Autódromo – a Prefeitura oferece como alternativa um apartamento no programa Minha Casa Minha Vida. Como a senhora avalia essa oferta?

Nos casos em que a remoção de uma casa ou de uma comunidade é a última saída, a oferta de uma nova moradia é uma solução plausível. No entanto, isso tem que acontecer em um tempo certo para que a família não fique desalojada e tenha para onde ir assim que deixar sua casa.

Algo imprescindível nesse tipo de atendimento é a localização: não adianta oferecer uma nova moradia a quilômetros de distância, longe de escolas, postos de saúde, sem linhas de transporte público, longe das oportunidades de emprego etc.

Outro ponto importante é que essas comunidades, assim como tantas outras, criaram laços próprios de identidade e vínculo entre as famílias. Reassentá-las em outro lugar ignorando essa característica significa desfazer anos e anos de relações comunitárias que as estruturaram e que, hoje, é um elemento que as fortalece como comunidade.

As três comunidades tem situações fundiárias diferentes – usucapião, concessão de uso, ou mesmo nenhum título – mas estão sendo tratadas da mesma forma pela Prefeitura no momento da remoção. De acordo com o governo, os moradores não têm nenhum direito. No caso da Restinga, a indenização foi chamada de “assistência social”, porque as famílias estavam em terra pública e por isso não podiam ser indenizadas. Como a senhora avalia essa abordagem?

No Brasil, foi construído um ordenamento jurídico que reconhece várias formas de posse e que define instrumentos para seu registro. A Prefeitura ignora esses avanços ao considerar como única forma legítima a propriedade individual registrada e não considerar direitos adquiridos.

A assistência ou a indenização precisam garantir a moradia adequada para essas famílias da Restinga e de qualquer outra comunidade mesmo sem título de propriedade formal.

Com a sua experiência na relatoria para a Moradia Adequada, essa forma de reassentamento – falta de participação dos moradores, ameaças verbais, desorientação dos direitos – pode ser considerada padrão?

Sim. Infelizmente, sim.

A senhora visualiza vínculos entre governos, especulação imobiliária e megaeventos?

Tudo está ligado de alguma forma, para o bem ou para o mal. Governo e iniciativa privada mobilizam meios e capital para realizarem grandes investimentos que viabilizam os megaeventos. Tais investimentos têm um custo social, que pode ser contemplado por políticas inclusivas e proteção de direitos ou totalmente ignorado.

O governo tem responsabilidade sim sobre a valorização da terra em decorrência de seus investimentos e grandes projetos, e tem a obrigação de responder por ela assegurando que o movimento especulativo dos preços imobiliários não se transforme num processo de exclusão socioterritorial e protegendo

os direitos dos cidadãos.

Qual deveria ser o legado a ser deixado pelos megaeventos?

Não acreditamos que estádios de futebol novos, comunidades inteiras removidas e puxadinhos de aeroportos constituam o legado ideal de um megaevento que movimentou proporções imensas de investimentos, principalmente públicos.

O ideal seria que se investisse na mobilidade, mas de maneira significativa em modais do transporte coletivo: preferencialmente em linhas que não sirvam apenas para atender aos eventos – os quais não duram mais do que um mês – e sim às demandas reais e cotidianas das cidades.

O ideal seria que toda remoção fosse pactuada e construída junto à comunidade removida e que esta tivesse alternativas claras, de modo que o direito à moradia de ninguém fosse violado. Seria ótimo ver favelas urbanizadas, famílias reassentadas em conjuntos habitacionais de qualidade e bem localizados, em vez de inúmeras pessoas despejadas sem amparo algum.

*Relatora da ONU para a Moradia Adequada

Entrevista: Jorge Bittar*

Defesa das remoções e crítica aos “excessos”

Atual deputado federal pelo PT, Jorge Bittar me recebeu em seu gabinete no dia 11 de março de 2013. Ofereceu água e café e dispensou a presença da secretária. Olhando-me sempre diretamente nos olhos, não fugiu de nenhuma pergunta. No final da entrevista, me convidou para conhecer as obras do Morar Carioca na Babilônia, no Complexo do Alemão, no Turano e em algumas outras comunidades.

Secretário municipal de Habitação entre 2009 e dezembro de 2012, Bittar disse que, assim que assumiu a pasta, revisou o decreto municipal que tratava dos processos relativos às remoções. No Decreto 34.522, de 03/10/2011, uma das condicionantes é “a participação da população beneficiada, em todas as etapas do processo, buscando soluções de consenso e o comprometimento de todos com o sucesso do projeto”.

Reconheceu que, “infelizmente”, houve “alguns excessos” no momento das remoções, atribuídos ao comportamento individual de algum guarda municipal ou agente da subprefeitura, mas que essa não é a orientação, nem dos subprefeitos, nem da Secretaria de Habitação. “Qualquer atitude truculenta é absolutamente reprovável”, disse ele. No caso específico da Restinga, esses “excessos” teriam decorrido do cronograma das obras da Transoeste, que teria provocado muita pressa e muita pressão para as famílias saírem rapidamente do local. Argumentou, porém, que a remoção daquela comunidade não foi de sua responsabilidade direta, já que na época ele estava licenciado da Secretaria para renovar seu mandato de deputado federal. Atribuiu a responsabilidade à subprefeitura da Barra da Tijuca.

Sobre as reclamações dos moradores do Metrô-Mangueira, afirmou que a orientação da Secretaria de Habitação não é deixar de indenizar os comerciantes, já que se trata de algo “absolutamente legítimo, porque geralmente são comércios muito pequenos, de sobrevivência dessas famílias”.

Discordou das críticas à inclusão daquelas famílias no programa Minha Casa, Minha Vida: considera a opção um grande benefício para o morador, já que o apartamento é quitado pela Prefeitura, e ele tem que pagar “apenas” o condomínio, no valor de aproximadamente R\$ 50, além das contas de luz e água. A escritura definitiva será dada após dez anos de moradia no local. Acredita que as pessoas irão ter um apartamento de valor de mercado muito alto no futuro.

Bittar afirmou que a alternativa de ir para os residenciais Mangureira I e II foi apresentada desde o início. Ele explicou que essa era opção principal, e que também havia a possibilidade de ir para Cosmos. Segundo ele, a grande maioria foi para os residenciais próximos, mas algumas pessoas que tinham mais pressa optaram por Cosmos, onde já havia casas prontas. Bittar reconheceu que Cosmos é “realmente distante” da Mangureira, mas “o BRT está passando por lá, que também tem rede de água e esgoto, escolas locais”.

O ex-secretário disse que, no Metrô-Mangureira, ocorreu uma situação especial e imprevista. As obras do residencial Mangureira II atrasaram um ano e meio, então as pessoas que deviam sair imediatamente com as demais foram obrigadas a conviver com o entulho. “A gente não contava com esse atraso enorme na obra do Mangureira II, que não foi de nossa responsabilidade. Essa obra é contratada pela Caixa Econômica Federal, e a construtora teve dificuldades financeiras”. Bittar explicou que, quando as pessoas saem, se a casa for deixada aberta, ela será ocupada por outras famílias. “Então, nós somos obrigados ou a descaracterizar a casa, tirar janelas, portas, telhados, ou a demoler, quando isso é possível. Então essas pessoas foram durante certo período, obrigadas a conviver com isso. É uma situação desagradável, não há dúvida”. O entulho só não teria sido retirado em locais de difícil acesso.

Bittar contestou a crítica de que o projeto para a região esteja ligado à reforma do Maracanã. Segundo ele, os espaços principais serão ocupados pelas oficinas e borracharias, que hoje estão voltadas para a Rua São Francisco Xavier, e no futuro ficarão voltados para uma rua interna. Explicou que será aberta uma

rua entre o muro da linha do trem e as oficinas.

Sobre a Vila Autódromo, Bittar afirmou que o reassentamento não decorre de uma exigência do COI, e sim da necessidade da construção do Parque Olímpico, o que para ele é uma “causa nobre”, já que será uma área de grande importância para o Rio de Janeiro. Além disso, considera que dois terços da Vila Autódromo estão em áreas impróprias e sujeitas a inundação.

*Ex-secretário municipal de Habitação

Referências Bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime. Pereira Passos: um Haussmann tropical. – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BRUM, Mário. Cidade Alta - História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Ponteio, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zalur, Alba; Alvito, Marcos (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARDOSO Adauto L. e Ribeiro, Luiz Cesar Q. Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro. Observatório/IPPUR/UFRJ-FASE, 1996.

DAVIS, Mike. Planeta-Favela. Boitempo, 2006.

PEREIRA DA SILVA, Maria Lais. Favelas Cariocas 1930-1964. Contraponto, 2005.

PETERSEN, Lu. Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade. Perseu Abramo, 2000.

SILVA JÚNIOR, Luís Régis Coli. O Programa Favela-Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tese de mestrado

em Planejamento Urbano, COPPE/UFRJ, 2006.

VALLADARES, Licia. Artigo: A gênese das favelas cariocas, 2000.